

Boletim 1 - setembro de 1989

JURISPRUDÊNCIA DIREITO ADMINISTRATIVO

EMENTA

Adicional por tempo de serviço. Cálculo simples para os servidores em geral, aos quais não se aplicava a regra do DL 2.019, de 1983. Apelo improvido. (AC 308-CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Administrativo.Militar.Integração ao quadro regular não requerida.Pretensão atingida pela prescrição quinquenal.Apelo improvido.(AC 251 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães,DPJ 2.8.89, pag. 24)

EMENTA

Administrativo. Ferrovários desligados da RFFSA, sem opção pelo regime celetista, obtendo aposentadoria previdenciária. Não alcançada pela prescrição a pretensão à dupla aposentadoria, mas tão somente as prestações anteriores ao quinquênio do ajuizamento da ação. Apelo parcialmente provido. (AC 1124-CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T./, un. , DPJ 5.9.89, pag. 32).

EMENTA

Administrativo. Prática de atos privativos de instituição financeira. Intimação de cessação de atividade. Medida cautelar concedida para permitir a atividade da requerente, até julgamento da ação principal. Existência de risco de dano de difícil reparação e relevância dos fundamentos. Apelo improvido. (AC 385-CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Administrativo.Pedido de correção monetária e juros de diferenças decorrentes do Plano único instituído pela Lei 7596, de 1987.Pagamento efetivado antes de decorridos 90 dias do enquadramento.Não incidência do Decreto lei n. 75, de 1966.Improcedência da reclamação.Recurso provido.(RO 005 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 2.8.89, pag. 24) )

EMENTA

Administrativo. Vantagens decorrentes de exoneração de servidor federal. Falta de regulamento. Inviabilidade da apreciação judicial da conveniência administrativa. Apelo improvido.(AC 350 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 31).

EMENTA

Administrativo. Reclassificação de cargos. Prescrição. Aplicação do Decreto no 20910/32. Sendo o Ato Administrativo, do qual se origina a ação, de mais de 5 (cinco) anos do seu ajuizamento, pronuncia-se a sua prescrição dentro do Princípio da "actio nata". ( AC 358 / 89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DPJ 31.8.89, pag. 30).

EMENTA

Processual Civil e Administrativo. Interpretação legal controvertida no antigo Tribunal Federal de Recursos não se enquadra à hipótese da Súmula 134 - TFR. Erro de fato inexistente. Criação de novo sistema de remuneração favorável aos servidores e inconciliável com gratificações anteriores, especialmente a de produtividade médica por unidades de serviço. Demanda improcedente. (AR 005 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pag. 31).

EMENTA

Administrativo. Vestibular. Aluno que se submete a novo vestibular, do mesmo curso. Concessão válida de matrícula, cancelando-se a anterior. Inexistência de prejuízo para candidato não classificado. Apelo improvido. (AMS 324 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un., DPJ 5.9.89, pag. 30).

JURISPRUDÊNCIA DIREITO CIVIL

EMENTA

Civil. Responsabilidade da Administração pela reparação dos danos causados em acidente de veículo. Apelo improvido. (AC 581 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Mandado de segurança. Reajuste das prestações do mutuário do SFH. Cabimento da ação mandamental. Limite máximo da variação do salário mínimo . Inexistência de conflito com a orientação do STF no julgamento da Representação n. 1288-3-DF. Aplicação da equivalência salarial prevista no contrato. Apelo provido parcialmente. (AMS 286 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pág. 30).

EMENTA

Critério de reajuste das prestações do SFH tendo como limite máximo a variação do salário mínimo. Inexistência de contradição com a interpretação do D.L. 19/66 dada pelo STF. Embargos rejeitados. (ED na AMS 446 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T. , un., DPJ 5.9.89, pág. 30).

EMENTA

Processual Civil e Civil. Sentença proferida em audiência. Intimação posterior pelo órgão oficial. Termo inicial. Advogado ausente, embora intimado. Inexistência de cerceamento de defesa. Loteria de prognósticos. Cartão previamente excluído do concurso e apresentado como premiado. Índícios veementes de fraude. Recusa legítima de premiação. Apelo improvido. (AC 026-PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pág. 32).

EMENTA

Contrato de serviço de engenharia. Reajustamento de preço. Demora na execução por culpa exclusiva da contratada. A realidade econômica vivida no País, após tantos fracassos de planos de combate à inflação, não põe dúvida de que os preços dos contratos, especialmente os de execução de obras de engenharia, devem ser reajustados, de acordo com os padrões legais, salvo renúncia expressa e com cláusula contratual. Se a executada demorou em liberar ordem de serviço para a execução de contrato firmado, deve responder pelo reajustamento do preço do mesmo, em face da rapidez com que a inflação corrói o quantitativo ajustado. Improvimento do apelo. (AC 28-PE, Rel. Juiz José Delgado, DPJ 5.9.89, pág. 30).

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PROCESSUAL CIVIL

EMENTA

Ação Rescisória. Violação de disposição de lei. Cabe à parte autora indicar o dispositivo de lei violado, sem o que improcede a Rescisória com fulcro no inciso V do art. 485 do Código de Processo Civil. (AR 006.PE, Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, un., DJP 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Ação de reparação de danos causados por funcionário da União, em acidente de veículos. Denúnciação da lide. Cabimento. Agravo provido. ( AG 036 - SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un. , DPJ 5.9.89, pág. 30).

EMENTA

Constitucional e Processual Civil. Conflito de competência. Mandado de segurança. Domicílio da autoridade coatora. a competência para conhecer e julgar Mandado de Segurança se determina pelo domicílio da autoridade coatora. Improcedência do Conflito. (CC 018 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, Pleno, DJP 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Constitucional. Conflito de jurisdição entre juizes vinculados a Tribunais diversos. Competência do Superior Tribunal de Justiça. Conforme preceitua a Constituição Federal de 1988, compete ao Egrégio Superior Tribunal de Justiça o julgamento de conflito de jurisdição entre juizes vinculados a tribunais diversos (art. 105, I, d). Conflito não conhecido. (CC 009 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, Pleno, un., DPJ 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Cancelamento de débito previdenciário com base no art. 29 do Decreto-lei nº 2303, de 1986. A Anistia Fiscal de que trata o art. 29 do Decreto-lei nº 2303, de 21.11.86, não abrange os débitos referentes a contribuições previdenciárias. Sentença reformada para que seja retomado o curso da execução. (AC 678 - CE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1a. T. , un. , DJP 1.9.89, pág. 28).

EMENTA

Execução fiscal. Incabível a extinção por falta de interesse processual com base na regra do art. 1 do D.L. 1793, da 1980. Avaliação da conveniência em propor ações de menor valor compete ao credor, quando não ocorre o cancelamento do débito ou a anistia. Apelo provido. (AC 610 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães" DPJ 2.8.89, pág. 30).

EMENTA

Mandado de Segurança contra ato Judicial. Efeito suspensivo em apelação interposta contra sentença proferida em ação cautelar inominada que concedeu reajuste de vencimentos de servidores federais, relativos aos meses de abril e maio, de acordo com a URP. Perda de objeto da impetração em face do Decreto-lei n. 2453, de 10.08.88, que restabeleceu o reajuste. (MS 18 - CE, Rel. para o acórdão Juiz Castro Meira, DJP 10.8.89, pág. 30)

EMENTA

Mandado de segurança. Efeito suspensivo do agravo de instrumento. A pretensão deduzida não encontra amparo no ordenamento jurídico vigente. Não conhecimento da segurança, preliminarmente, por não se acharem presentes os requisitos que legitimam o seu cabimento contra ato judicial. (MS 131 - PE, Rel. Juiz Araken Mariz, DJP 5.8.89, pág. 23).

EMENTA

Mandado de segurança. Entidade desportiva. Pessoa jurídica de Direito Privado. Eleição de seus mentores. A controvérsia nada tendo a ver com os princípios normativos do Conselho Nacional de Desportos, sendo, ao revés, circunscrita ao âmbito da Federação local, a competência para o seu deslinde é da Justiça Estadual. Precedentes jurisprudenciais. Segurança concedida. decisão unânime. (MS 132 - RN, Rel. Juiz Francisco Falcão, DJP 18.8.89, pág. 23).

EMENTA

Mandado de segurança contra ato judicial. Descabimento. Ausência de pressupostos. I - Não cabe Mandado de Segurança contra ato judicial, sem que haja sido interposto, no tempo certo, o recurso cabível. II - O Mandado de Segurança não pode ser admitido para imprimir efeito suspensivo à apelação em Mandado de Segurança, dada a natureza executória de sua decisão. III - A via correta para se discutir o débito fiscal é por meio de Embargos. (MS 685 - PE, Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, un., DJP 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Mandado de segurança. Ato judicial. Cabimento. É admissível Mandado de Segurança contra decisão de que não caiba recurso com efeito suspensivo desde que ocorrentes os pressupostos constitucionais do Mandado de Segurança (art. 5º, LXIX) e desde que tenha sido interposto, a tempo e modo o recurso próprio, se do ato resultar a possibilidade de dano irreparável, ou, ainda, no caso de evidente ilegalidade do ato, para obstar, de imediato, as consequências lesivas do ato impugnado. (MS 19/89 - CE, Rel. Juiz Huoo Machado, Pleno, un., DPJ 5.9.89, pag. 29).

EMENTA

Processual Civil. Mandado de segurança. Ato judicial. Competência. Coisa julgada. domínio e posse. Usucapião.

A competência para o julgamento de mandado de segurança de ato de juiz estadual, onde tenha intervindo a União Federal, é do Tribunal Regional Federal.

Terceiro, titular de interesse jurídico, é parte legítima para impetração de segurança contra decisão judicial e em situações excepcionais, a impetração é cabível, independentemente da interposição de recurso.

Os efeitos da coisa julgada não beneficiam nem prejudicam terceiros (CPC, art. 472).

Não obstante distintos o domínio e a posse, o não reconhecimento daquele, em ação de usucapião, pode implicar denegação desta.

O objetivo de evitar conturbação social e a preservação do estado de fato atual até que se defina judicialmente o domínio das terras em litígio são

peculiaridades que recomendam, no caso, o deferimento da segurança. (MS 010 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, DJP 5.8.89, pág. 23).

EMENTA

Processual.Tributário. PIS. Medida cautelar. Presentes o fumus boni juris e o periculum in mora defere-se, liminarmente, a cautelar que objetiva tão só recolhimento de importâncias e vincendas como ato preparatório para a ação principal. Apelação provida. (AC 339 - SE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DPJ 2.8.89, pag. 27).

EMENTA

Qualquer que seja o valor da causa em que haja questão de constitucionalidade cabe apelação. Súmula 246 - TFR. Agravo provido. (AG 14 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 2.8.89, pág. 30).

EMENTA

Processual Civil. Medida cautelar visando depósito de Imposto de Renda, e não do PIS. Ilegitimidade passiva da Caixa Econômica Federal. Honorários advocatícios adequadamente fixados. Apelo improvido. (AC 1127-CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un. DPJ 5.9.89, pág. 32).

EMENTA

Processual Civil. Sentença homologatória de cálculo retificado ante anterior impugnação. Inexistência de preclusão. Uso regular de recurso. Conta baseada nos elementos dos autos. Apelo improvido. (AC 072-PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Processual Civil. I - Empresa pública em liquidação permanece como parte, cabendo a habilitação da sucessora na época oportuna. II - Não abertura de oportunidade de quesitação e indicação de assistente técnico do arbitrador consiste em nulidade relativa. Não arguida na impugnação ao laudo, opera-se a preclusão (art. 245, CPC). III - Da sentença proferida em liquidação por arbitramento cabe apelação. IV - Laudo que se ajusta à sentença condenatória. Apelo improvido. (AC 201-SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pag. 32).

EMENTA

Processual . Conflito de competência. Juiz plantonista. Aplicação do Provimento 194/79 do CJF. Competência do Juízo ao qual se distribua a ação. (CC 007 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DJP 5.08.89, pag. 23).

EMENTA

Processual. Conflito de competência. Não vinculação do Juiz Plantonista que recebeu a inicial e nela concedeu, inclusive, medida cautelar. Aplicação do Provimento 194 do extinto TFR. (CC 011 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DJP 18.8.89, pag. 23 ).

EMENTA

Processual Civil. Conflito de competência. Aplicação da Súmula 262 do extinto TFR. Competente o Juiz que presidiu a Audiência de Instrução, onde inclusive colheu prova. (CC 014 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DJP 18.8.89, pag. 23 ).

EMENTA

Processual Civil. Julgamento antecipado com base no efeito da revelia. Inviabilidade, por se tratar de direito indisponível. Caso, entretanto, de julgamento antecipado da lide, por ser a prova exclusivamente documental. Acórdão assim explicitado que se mantém quanto aos fundamentos e conclusão. Embargos rejeitados. (ED na AC 1773 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pag. 31).

EMENTA

Processual Civil. Extinção do Processo. Deferida a suspensão do processo até posterior provocação do exequente, é inadmissível a extinção deste, com fundamento no art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Apelação provida. (AC 003 - PE, Rel. Juiz Hugo Macbado, 1a. T., DJP 22.8.89, pag. 21).

EMENTA

Processual Civil. Conflito de competência. Juiz que não colheu prova em audiência. Não vinculação. O Juiz que, mesmo iniciando a audiência, não colheu provas, não se vincula ao processo. Precedentes do TFR. Improcedência do conflito. ( CC 013 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, Pleno, un., DPJ 5.9.89, pág. 25).

EMENTA

Processual Civil. Embargos infringentes. Falta de representação processual. Nulidade. A apresentação do instrumento de mandato é indispensável à promoção em Juízo, sua falta acarreta nulidade do processo. (EI 2343-AL, Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, un., DJP 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Processual. Interpretação do Decreto lei 1793/80. Extinção do processo. Está pacificada a jurisprudência no sentido de que o Decreto lei .1793/80 não autoriza a extinção, pelo Poder Judiciário, de ações de valor igual ou inferior a 20 (vinte) OTNs, por o juízo da conveniência ou não do ajuizamento ou não pertencer, exclusivamente, à Fazenda Pública. Por outro lado, o referido dispositivo legal não declarou, em causas com os valores referidos inexistir interesse econômico para o ajuizamento. Apelação provida. (AC 137 - PE, Rel. Juiz José Delgado, 2a. T. , un. DPJ 5.9.89, pág. 29).

EMENTA

Processual. Cancelamento de débito. Decreto lei n° 2303/86, art. 29. Abrangência do dispositivo. O art. 29 do Decreto lei n° 2.303, de 21.11.86, cancelou, apenas, os débitos para com a União Federal, não abrangendo aqueles para com as autarquias federais. Provimento da apelação. (AC 154 - PE, Rel. Juiz José Delgado, 2a. T., un. DPJ 5.9.89, pág. 30).

EMENTA

Processual Civil. Extinta execução e opostos embargos infringentes do julgado, da decisão que aprecia esse recurso não cabe qualquer outro. Preclusão que impede o seguimento de posterior apelação. Agravo improvido. (AG 031 - SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un. DPJ 5.9.89, pág. 30).

EMENTA

Processo Civil. Liminar em ação cautelar deferindo depósito de mutuários do SFH que movem ação de rito ordinário na qual se discute o valor das prestações do financiamento, e sustando execução judicial. Uso normal do poder geral de cautela (art. 798, CPC) . Agravo improvido. (AG 53 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T. un., DPJ 5.9.89, pag. 30).

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA

Previdenciário. Comprovada a condição de ex-combatente, a renda mensal deve ser fixada em 100% do salário de benefício. Apelo provido. (AC 280 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pág. 31).

EMENTA

Previdenciário. Anotações na Carteira Profissional. Aplicação do art. 18 da CLPS. Gozando as anotações da Carteira Profissional presunção juris tantum (Súmulas 225 - STF e 12 - TST) , não ofertada contra prova capaz de elidi-las, não se lhes nega tal força probatória. Apelação desprovida. (C 257 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, DPJ 2.8.89, pág. 26).

EMENTA

Previdenciário. Os benefícios previdenciários sujeitam-se a atualização na forma da súmula 71 - TFR, até março de 1971, e, a partir de abril de 1981, segundo a Lei 6.899. Apelo provido. (AC 605 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pae. 31).

EMENTA

Contribuições previdenciárias. Cancelamento. Decreto-lei n. 2303/86. O cancelamento de que trata o Decreto-lei n. 2303/86 alcança, apenas, os débitos para com a Fazenda Nacional. Apelação provida. (AC 061 - PE, Rel. Juiz Castro Meira, DJP 22.8.89, pág. 22).

EMENTA

Previdenciário. Vínculo canônico não impede designação de companheira pelo segurado, fazendo cessar a anterior designação presumida. Não se aplica à situação o verbete 159 da Súmula do Tribunal Federal de Recursos. Apelação improvida. (AC 278 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pág. 31)

EMENTA

Previdenciário. Pensões devidas a dependentes de excombatentes e ex-práticos de barra. Lei 1.756/52. Cálculo mediante encontro de contas. Apelo improvido. (AC 1156 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T. , un., DPJ 5.9.89, pág. 32).

EMENTA

Previdenciário. Perícia que constata a inexistência de doença incapacitante. Inviabilidade da aposentadoria por invalidez. Apelo improvido. (AC 1088-PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un., DPJ 5.9.89, pág. 32).

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PENAL E DIREITO PROCESSUAL PENAL

EMENTA

Processual Penal. Habeas corpus. Erro na capitulação. O erro na capitulação legal do fato não invalida a denúncia, desde que, descrita nesta, indubitavelmente, a conduta ilícita imputada ao acusado. Ordem denegada. (HC 011 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, DJP 22.8.89, pág. 27).

EMENTA

Penal. Desacato à autoridade. Inexistência de prova de autoria. Não se tendo como certa a participação do réu nos fatos delituosos que lhe foram imputados, descabe a imposição de qualquer sanção, face à inexistência de elementos concretos capazes de fundamentar um decreto condenatório. Para uma condenação Penal, cujas consequências são sempre graves, a prova há que restar clara firme e indubitosa. Meras hipóteses não constituem prova judicial segura. Recurso desprovido. Sentença mantida. (RcCr 001-PE, Rel. Juiz Castro Meira, DJP 22.8.89, pág. 24).

EMENTA

Penal. Prescrição na fase inquisitorial. Inquérito policial onde se apuram vários crimes, será determinado o seu trancamento, prosseguindo-se a investigação em relação aos demais. Apelação parcialmente provida. (RHC 010 - PE, Rel. Juiz Castro Meira, DJP 22.8.89, pag. 24).

EMENTA

Crime de responsabilidade de Prefeito Municipal capitulado no Decreto-lei n. 201/67. Competência da Justiça Estadual para o respectivo Processo, que exige rito especial previsto no referido diploma legal. Concede-se, em parte, a ordem para excluir-se da denúncia oferecida perante o Juiz Federal a acusação do crime de responsabilidade de que trata o Decreto-lei n. 201/67, sem prejuízo do prosseguimento da ação penal com relação ao delito previsto no art. 299, parágrafo único, do Código Penal, cuja prática, em detrimento da Administração Federal, é atribuída ao paciente e demais denunciados. (HC 07 - CE, Rel. para o acórdão Juiz Orlando Rebouças, DJP 22.8.89, pág. 24).

EMENTA

Penal. Ponto irrelevante da argumentação não torna desfundamentada sentença que apresenta outros motivos para demonstrar a existência do delito. Exame suficiente da prova. Descaminho caracterizado pela venda de mercadoria estrangeira. Exibição de nota fiscal que não comprova a cobertura dos relógios apreendidos. Apelo improvido. (ACr 003 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ 31.8.89, pág. 31).

EMENTA

Penal. Desacato à autoridade. Inexistência de prova de autoria. Não se tendo como certa a participação do réu nos fatos delituosos que lhe foram imputados, descabe a imposição de qualquer sanção, face à inexistência de elementos concretos capazes de fundamentar um decreto condenatório. Para uma condenação penal, cujas consequências são sempre graves, a prova há que restar clara, firme e indubitosa.. Meras hipóteses não constituem prova judicial segura. Recurso

desprovido. Sentença mantida. (RcCr 001 - PE, Rel. Juiz Castro Meira, DPJ 5.9.89, pág. 28).

EMENTA

Penal. Prescrição na fase inquisitorial. Inquérito policial onde se apuram vários crimes. Reconhecida a prescrição do delito em Inquérito Policial onde se apuram vários crimes, será determinado o seu trancamento Prosseguindo-se a investigação em relação aos demais. Apelação parcialmente provida. (RHC 010.- PE, Rel. Juiz Castro Meira, DPJ 5.9.89, pág. 28)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA

Tributário. Empréstimo compulsório. Veículo. Inconstitucionalidade declarada pelo TFR, na AMS 116.582-SP. Apelo improvido. (AC 341 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP 4.8.89, pág. 32).

EMENTA

Tributário. Empréstimo compulsório. Resolução n°. 1154 - BACEN. Inconstitucionalidade. Encargo financeiro indevido. Apelação improvida. (Rel. Juiz Petrucio Ferreira, AC 243 - CE, DPJ 2.8.89, pág. 26)

EMENTA

Fundo Nacional de Telecomunicações. Declarada pelo TFR a inconstitucionalidade da sobretarifa criada pela Lei 4117/62, a partir da vigência da Lei 6093/74. Restituição das prestações pagas nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Juros de mora de 1% ao mês a partir do trânsito em julgado. Apelo e remessa oficial improvidos.

EMENTA

Dificuldade financeira da empresa não elimina incidência de multa moratória. Apelo improvido. (AC 019 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DPJ, pág. 30).

EMENTA

FGTS. Não constitui tributo, mas garantia patrimonial em benefício do empregado (art. 165, XIII, da Constituição de 1969). Inaplicável ao caso é o art. 29 do Decreto-lei 2303/86. Provimento do recurso, para reformar a sentença que decretou a extinção da ação, devendo prosseguir a execução. (AC 049 - PE, Rel. Juiz Francisco Falcão, 1ª. Turma, DJP 10.8.89, pág. 30).

EMENTA

Legitimidade processual. Constitucional. Tributário. Encargo financeiro incidente sobre a emissão da passagem aérea e aquisição de moeda estrangeira. Resolução n°. 1154/86 do Banco Central do Brasil. O Banco Central do Brasil tem legitimação para figurar no polo passivo de ação. Exigência fiscal descabida. Apelação desprovida. (AC 025 - CE, Relator Juiz Castro Meira, DJP 22.8.89, pág. 21).

EMENTA

Contribuições para o FGTS. Posição do Supremo Tribunal Federal. Prescrição trintenária, mesmo antes da Emenda 8, de 1977. Apelo provido. (AC 1081 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, DJP de 23.8.89, pág. 32).

EMENTA

Imposto sobre Transporte Rodoviário. Constitucionalidade do Decreto-lei n° 1.438/75. O Colendo Supremo Tribunal Federal, ao apreciar o Recurso Extraordinário n° 100.642-1, declarou a inconstitucionalidade do inciso III do artigo 3o do Decreto-lei no 1.582/77. Matéria hoje sem controvérsia. Remessa oficial improvida. (REO 229 - PB, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., un. DPJ 5.9.89, pág. 30).

Boletim 2 - outubro de 1989

JURISPRUDÊNCIA DIREITO ADMINISTRATIVO

EMENTA

Administrativo. Praças indiciados em IPM e, com base em elementos informativos ali contidos, licenciados e excluídos do Exército. Legalidade do ato, não se aplicando à hipótese a ressalva do art. 42, parágrafo 2º, da r. Lei n. 6.880/80;

Apelo provido.(AMS 606 - PE - Rel. Juiz Lázaro Guimarães,2ª.T., DJP 19.9.89, pág. 25)

EMENTA

Administrativo.Infração continuada à Portaria Super 91. Anterioridade de um dos fatos não elide a penalidade administrativa. Apelo improvido.(AC 153 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DJP 26.9.89, pág. 27)

EMENTA

Administrat\vo. Adicional por tempo de serviço. Cálculo simples para os servidores em geral, aos quais não se aplicava a regra do Decreto-lei 2019, de 1983. Apelo improvido. (AC 308 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães,2ª.T. un., DJP 26.9.89, pág. 30)

EMENTA

Ação Rescisória. Administrativo. A opção prevista nos arts. 3., 4. e 7. do Decreto-lei n. 1791/82, na área das autarquias federais de regime especial, restringe-se aos dirigentes das entidades de que tratam as leis n.ºs. 4595/64 e 3385/70 (PCC). Precedentes do TFR e deste Tribunal. Improcedência da ação.(AR 17 -PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, Rev. Juiz Nereu Santos, Pleno, un., DJP 26.9.89, pág. 27)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO CONSTITUCIONAL

EMENTA

Legitimidade processual. Constitucional. Tributário. Encargo Financeiro incidente sobre a emissão de passagem aérea e aquisição de moeda estrangeira. Resolução n.1154/86 do Banco Central do Brasil.

- O Banco Central do Brasil tem legitimidade para figurar no pólo passivo da ação - Exigência fiscal descabida.

- Apelação desprovida.(AC 1.027 - CE - Rel. Juiz Castro Meira 1ª. T., DJP 22.9.89, pág.37)

EMENTA

Constitucional. Tributário. Encargos financeiros sobre aquisição de passagem internacional e sobre venda de câmbio de moeda estrangeira para atender a gastos com viaoem ao exterior: Resolução n. 1154, de 1986, do Banco Central do Brasil. Lei n. 4131/62, art. 29; Lei n. 4595, de 1964, art. 4. A criação de tributos só pode ser instituída por lei. E esta não pode delegar a fixação de alíquota. Inconstitucionalidade da Resolução n. 1154/86 do Banco Central do Brasil.

Precedentes do TRF. Apelo desprovido.(AMS 242 -PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª.T., DPJ 22.9.89, pág.42)

EMENTA

Constitucional.Tributário. Sobretarifa para o Fundo Nacional de Telecomunicações - FNT. Lei n.º. 6093/74. Decreto-lei n. 2.186/84. Ação de repetição de indébito.

Inconstitucionalidade da cobrança já declarada pelo extinto TFR. Do pagamento indevido nasce o direito à Repetição do Indébito. (AC 3020 -CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DJP 26.9.89, pág. 29)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

EMENTA

Penal.Estelionato por meio de falsidade documental. Descaracterização. Dados essencialmente exatos. Irregularidades administrativas não bastam para configurar a falsidade. Auxílio doença percebido por servidora que comprovou a causa do afastamento. Apelo provido. (ACr 59 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, Rev. Juiz Nereu Santos, 2ª. T. un., DJP 26.9.89, pág. 29)

EMENTA

Direito Penal.Prescrição.Crime-não capitulado no art. 47 da Lei das Contravenções Penais. Pena máxima de 3 meses de prisão simples. Sentença absolutória. Não se podendo precisar a data do fato crime, toma-se como termo "a quo" para o prazo prescricional, a data da Portaria da instauração do Inquérito - Processo Penal. Vencidos 02 anos a partir daquela data, decreta-se a prescrição da punibilidade.(ACr 156/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., un., DJP 26.9.89, pág. 27)



#### EMENTA

Penal.Censura prévia a vídeo clube. Recurso prejudicado com o fim da Divisão de Censura da Polícia Federal. Recurso prejudicado. (AMS 320 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T. un., DJP 26.9.89, pág.30)

#### EMENTA

Penal. Aquisição de veículo a álcool mediante declaração falsa. Crime de Sonegação Fiscal. Prescrição da pena em abstrato. Prejudicado o recurso do M.P.F. (ACr 025 - RN - Rel. Juiz Castro Meira, 1ª. T., un., DJP 21.9.89, pág. 43)

#### EMENTA

Penal. Prescrição retroativa;. Art. 110, pgs. 1 e 2, do Código Penal. Efeitos. 1 - A prescrição retroativa tem sua sede na pena fixada em concreto pela sentença condenatória. Seu prazo, diferentemente da prescrição subsequente, é contado para trás, alcançando o passado, sujeitando-se, contudo, às causas da interrupção prevista no art. 117, itens I a IV, do Código Penal.

2- A caracterização da prescrição retroativa está vinculada a duas condições alternativas: a) conformismo da acusação com a pena imposta no primeiro grau, pelo que não interpôs Recurso; b) recurso improvido da acusação ou, se o foi, o aumento dado à pena não alterou seu prazo prescricional.

3 - Reconhecida a prescrição retroativa, extingue-se a própria pretensão punitiva, isto é, o Estado não tem mais o direito de obter uma decisão sobre o crime. Em consequência, não há nenhuma responsabilidade a ser exigida do acusado, sem deixar marcas quanto a seus antecedentes, sem gerar causa para futura reincidência. Nem mesmo haverá o acusado que responder pelas custas do processo e por possíveis danos, salvo, em tal hipótese, discussão no cível, por via ordinária

4 - Havendo decorrido, entre a data da consumação dos fatos (1976 e 1977) e a data do recebimento da denúncia, mais de dez anos, está prescrita a pretensão punitiva, quando a sentença trãnsita em julgado só para a acusação aplicou a pena de 1 (hum) ano de reclusão.

5 - A prescrição começa a correr da constituição definitiva do lançamento e se caracteriza pela paralisação do órgão arrecadador em não tomar providências judiciais para a cobrança da dívida apurada. É a perda do direito de acionar. Em se tratando de contribuições previdenciárias, só se consuma no prazo de 30 (trinta) anos, a contar da constituição definitiva do lançamento.

6 - Sentença reformada. Não provimento do apelo voluntário do devedor. Provimento da remessa oficial tida como interposta. (ACr 004 - PE-Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., un., DJP 21.9.89, pág. 42)

#### JURISPRUDÊNCIA DIREITO PREVIDENCIÁRIO

#### EMENTA

Previdenciário.Comprovada a condição de ex-combatente, a renda mensal deve ser fixada em 100% do salário de benefício. Apelo provido. (AC 280 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., un. DJP 26.9.89, pág. 29)

#### EMENTA

Previdenciário. Aposentadoria. Tempo de serviço. Justificação judicial. Partindo de início razoável de prova material é de computar-se o tempo de serviço apurado em justificação judicial. Do mesmo modo, autoriza-se contagem recíproca de tempo de serviço desde que não ocorram: serviço em dobro; acumulação de serviço público com atividade privada concomitantemente ou se esteja aproveitando para tal fim um tempo de serviço que tenha servido de base para concessão de aposentadoria por outro sistema. (AC 1025 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., un. DPJ 6 9.89, pág. 30).

#### JURISPRUDÊNCIA DIREITO PROCESSUAL CIVIL

#### EMENTA

Execução Fiscal. Contribuições previdenciárias. Cancelamento. Decreto-lei nº 2.303/86. O cancelamento de que trata o Decreto-lei no 2.303/86 alcança, apenas,

os débitos para com a Fazenda Nacional. Apelação provida. (AC 769 - CE, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª. T., un. , DJP 6.9.89, pág. 33)

EMENTA

Processual Civil. Embargos de Declaração. Prescrição não arguída na contestação, por isso não apreciada na sentença. Também não suscitada na apelação, razão pela qual o acórdão não a examinou. Embargos rejeitados. (EAC 1770 - PB - Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2a. T., un., DJP 21.9.89, pág., 43)

EMENTA

Conflito de competência. Princípio da identidade física do Juiz. Transferência da titularidade da Vara. Competente o MM. Juiz que presidiu o feito até o fim e que coletou as provas. (CC 15 - PE - Rel. Juiz Castro Meira, Pleno, un., DJP 21.9.89, pág., 42)

EMENTA

Execução fiscal contra Prefeitura Municipal. Interpretação do art. 730 do CPC.

1 - A Lei 6.830/80 não cuidou da execução fiscal contra a Fazenda Pública

2 - Aplica-se, no caso, o art. 730, do CPC, guardando-se as adequações necessárias a que fiquem respeitados os privilégios das pessoas jurídicas de direito público, quando executadas por dívidas cobradas pelo processo de execução fiscal.

3 - A resposta a ser apresentada, após a citação prevista pelo art. 730, CPC, deve ser entendida como contestação. O prazo para fazê-la merece o alongamento do art. 188, do CPC.

4 - Esgotado o prazo de resposta, com ou sem ela, o Juiz proferirá a decisão ou procederá diligências instrutórias que o habilitem a assim proceder.

5 - Deverá impor o duplo grau de jurisdição ao "decisum" se julgar contra o interesse da Fazenda Pública demandada.

6 - O precatório requisitório deverá ser encaminhado ao Presidente do Tribunal que proferiu a decisão exequenda. Assim, mesmo que a sentença confirmada seja contra Município, o requisitório deve emanar do Presidente do Tribunal Regional Federal, se foi este órgão que confirmou a sentença. (REO 674 - AL-Rel. Juiz José Delgado, 2a. T., DPJ 19.9.89, pág.26).

EMENTA

Ação Rescisória. Renúncia. Decadência. Violação de dispositivo de lei.

I - A renúncia ao recurso na execução do julgado rescindendo não atinge a Ação Rescisória.

II - Não ocorre a decadência quando a demora na citação decorreu da ineficiência do aparelho judiciário. III-Comprovado que não houve violação de literal disposição de lei, é de ser improcedente a Rescisória lastreada no art. 485, V, do CPC. (AR 019 - CE - Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, un., DJP 21.9.89, pág. 42)

EMENTA

Embargos de Divergência. Predominância da Súmula 135 do TFR.

"As alterações promovidas no Grupo Serviços Auxiliares, com reflexo na estrutura da Categoria de Agente Administrativo, não ensejam reparações funcionais ou pecuniárias aos servidores estatutários."

- Posteriormente reformulada no Incidente de Revisão de Súmula no RO 6.774 - RJ, a Súmula 135 foi estendida aos servidores celetistas.

- Divergência reconhecida para reformar-se o v. Acórdão embargado, restaurando-se a sentença de primeiro grau. (ERO 271 - SE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, Pleno, un., DJP 21.9.89, pág. 42)

EMENTA

Mandado de Segurança contra ato judicial .Efeito suspensivo.

-É cabível o mandado de segurança para emprestar efeito suspensivo a decisão ou ato judicial que, embora comportando recurso apenas no efeito devolutivo, possa acarretar à parte recorrente danos de impossível ou difícil reparação no caso de vir a ser provido o recurso.

- Precedentes dos Tribunais Superiores e deste Egrégio Tribunal. Segurança concedida. (MS 630 - PE- Rel. Juiz Orlando Rebouças, Pleno, un., DJP 21.9.89, pág. 42)

EMENTA

Processual Civil e Previdenciário. Mandado de segurança. Prova. Pensão à companheira. Faz prova de convivência em comum, bem como de dependência econômica, para efeito de concessão de pensão previdenciária, despesas arcadas pelo ex-segurado com a companheira, bem como o assentamento na certidão de óbitos do último domicílio do "de cujus". (AMS 303 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª.T., DJP 22.9.89, pag.42)

EMENTA

Embargos de Terceiro. Inexistência de vício a afetar a alienação de imóvel penhorado. Procedência.

1 - O fato do proprietário de um imóvel, só por se apurar débito de Imposto de Renda, não está impedido de alienar imóvel de seu patrimônio

2 - A fraude contra credores deve ser discutida em ação específica.

Impossibilidade de sua discussão em embargos de terceiro, quando da resposta da embargada.

3 - Débito inscrito na dívida ativa em 1979 (18/12) não tem força de retroagir os seus efeitos para 09/08/77 (data do registro do imóvel), a fim de caracterizar fraude. Esta não se presume. Necessita ficar bem demonstrada.

4 - Apelação e remessa oficial improvidas. Esta tida como interposta, em face da omissão da sentença. (AC 604 - PE - Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., un., DJP 19.9.89, pág., 25)

EMENTA

Empréstimo compulsório sobre veículos automotores. Decreto-lei n. 2.288/86. Tendo o Plenário do Tribunal Federal de Recursos, na sessão de 13.10.88, decidido pela inconstitucionalidade do art. 10 do Decreto-lei nº. 2.288/86, que instituiu o empréstimo compulsório exigido quando da aquisição de veículos automotores (Arguição de Inconstitucionalidade na AMS n. 116.582 - SP), nega-se provimento à apelação e confirma-se a sentença recorrida. (AC 614 - CE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª.T., DJP 22.9.89, pág.37)

EMENTA

Mandado de segurança contra ato judicial. Admissibilidade. Licitação. Preclusão.

I - É admissível Mandado de Segurança para dar efeito suspensivo a recurso, desde que configurados os seus pressupostos.

II - Na licitação, a apreciação da idoneidade financeira dos componentes é feita em fase prévia de habilitação, precluindo-se após. (MS 009 - CE, Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, DPJ 26.9.89, pág.27)

EMENTA

Processual Civil e Administrativo. Interpretação legal controvertida no antigo TFR não se enquadra à hipótese da Súmula 343-STF ou da Súmula 134-TFR. Erro de fato inexistente. Criação de novo sistema de remuneração favorável aos servidores e inconciliável com gratificações anteriores, especialmente a de produtividade médica por unidades de serviço. Demanda improcedente. (AR 29 - Al, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., un., DJP 26.9.89, pág. 27)

EMENTA

Certidão para defesa de direito não pode ser negada pelo órgão público, nem condicionada ao recolhimento de contribuições ou tributos. Remessa desprovida. (REO 314 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T .un., DJP 26.9.89, pág.30)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO DO TRABALHO

EMENTA

Trabalhista. Isonomia. Progressão funcional. Não serve como paradigma para progressão funcional, funcionário admitido em data anterior ao reclamante. Inaplicabilidade do benefício da progressão funcional a quem admitido em data posterior à concessão do benefício. Improvimento do recurso. (RO 88/89 - CE-Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., un., DJP 21.9.89, pág. 43).

EMENTA

Trabalhista. Progressão funcional na categoria de Professor de Ensino Superior do Grupo Magistério. Elevação de docente ou possuidor do Título de Doutor ou Livre Docente, da classe de Professor Assistente para Professor Adjunto. Decreto 81317, de 08.02.78. Exigência de 03 anos, no mínimo, no efetivo exercício na classe de Professor Assistente em 13.12.74. Recurso improvido. (RO 108/89 - CE - Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., un., DJP 21.9.89, pág. 43).

EMENTA

Trabalhista. Quinquênios. Servidor Público regido pela CLT. Inaplicabilidade das vantagens do Regime estatutário ao Celestista. Recurso Improvido. (RO 109/89 - RN - Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., un., DJP 21.9.89, pág. 43).

EMENTA

Trabalhista. Horas Extras. Indenizáveis são as horas extras encontradas como provadas em Juízo. Recurso improvido. (RO 122/89 - PE - Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., un., DJP 21.9.89, pág., 43)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA

IPI. Base de cálculo. Possibilidade de ser alterada, por ato do Poder Executivo, de acordo com os limites legais. Selo de controle. Exigência acessória que não se confunde com a cobrança do imposto. Legalidade de sua cobrança.

1. Decreto-lei nº. 1.593, de 21.12.77, arts. 20 e 21, não extrapolou o princípio da legalidade relativa que é aplicado ao regime do IPI.

2. Legalidade da Portaria Ministerial nº. 282, de 15.05.78, que estabeleceu como base de cálculo do IPI valores previamente estabelecidos, configurando o que se denomina de "pauta fiscal".

3. Ato ministerial que se comportou dentro dos limites máximos e mínimos para a fixação da base de cálculo de que trataram os arts. 20 e 21 do D.L. nº. 1.593/77.

4. Selo de controle não se confunde com o pagamento do IPI. Faculdade do fisco de exigir tal atividade acessória, afim de melhor fiscalizar a saída dos produtos, do mesmo modo que pode exigir do contribuinte a aquisição de livros, fichas, etc.

5. Sentença que se reforma.

EMENTA

Tributário. Imposto de renda. Isenção ao portador de moléstia incapacitante cujo reconhecimento posterior motivou a alteração no enquadramento de aposentadoria. Precedentes. Embargos infringentes rejeitados. (EAC 2345 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, Pleno, un., DJP 26.9.89, pág. 27)

EMENTA

Empréstimo compulsório. Resolução n. 1.154/86, do Banco Central do Brasil. Viagem ao exterior. Exigência de natureza inconstitucional.

- O Plenário do extinto Tribunal Federal de Recursos, ao julgar a arguição de inconstitucionalidade suscitada na AMS n. 126.803-BA, decidiu que a Resolução n. 1.154/86, do Banco Central do Brasil, ao exigir empréstimo compulsório por ocasião da compra de passagens internacionais aéreas ou marítimas e/ou aquisição de moeda estrangeira para atender gastos de viagem ao exterior, violou a Constituição Federal, por ausência de previsão legal, pelo que se declarou não cabível a exigência fiscal.

-Homenagem prestada ao principio da legalidade tributária.

-Decisão no sentido acima registrado. (AC 658 - CE-Rel.Juiz José Delgado, 2ª.T , DPJ 19.9.89, pág. 26).

Boletim 3 - novembro de 1989

JURISPRUDÊNCIA DIREITO ADMINISTRATIVO

EMENTA

Administrativo. Mandado de segurança. Resolução nº 85/83-CONSEPE.

Desclassificação de candidato a vestibular que faltar uma das provas ou tiver escore igual a zero em qualquer das mesmas. Espelhando tal portaria

dispositivo constante do art. 2.º do decreto nº 68.9908/71, que foi revogado pelo art. 4.º do Decreto nº 79.298/77, e considerando que as resoluções não podem colidir com os comandos do decreto, é de considerar-se inválida tal resolução. (REO 384-RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2.ª T., DPJ 2.10.89, pag.27)

EMENTA

Administrativo. Proventos. Isenção de Imposto de Renda, no caso das doenças especificadas no art. 6.º, XIV da Lein.7.713/88. (AMS 417/89, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2.ª T., DPJ 12.10.89, pag. 27)

EMENTA

ADMINISTRATIVO. FUNCIONÁRIOS. ADICIONAL. PRETENSÃO DE QUE OS CÁLCULOS, NA ÉPOCA, FOSSEM FEITOS DE ACORDO COM O DECRETO-LEI 2.019, de 1983. IMPOSSIBILIDADE.

- 1- O adicional que era previsto no Decreto-lei 2.019, de 1983, tinha destinação definida, pelo que só alcançava os membros da Magistratura.
- 2- Impossibilidade de, por analogia, conceder-se vantagem a servidores públicos, especialmente quando pertencem a classes diferentes.
- 3- O membro do Poder Judiciário não é considerado funcionário público em sentido estrito. Por ser membro de um Poder, a sua característica funcional é regida por leis específicas, a partir da própria Constituição Federal.
- 4- Descabe, conseqüentemente, a pretensão de estender-se a servidores públicos vantagens destinadas exclusivamente aos integrantes da magistratura, sem lei expressa.
- 5- No atual regime constitucional a forma de calcular as gratificações adicionais, como preconizava o Decreto-lei 2.019, de 1983, foi abolida.
- 6- Sentença confirmada. Improvimento do Recurso. (AC 1373 - PB, Rel. Juiz José Delgado, 2.ª T., DPJ 12.10.89, pag. 33)

EMENTA

Administrativo. Mandado de segurança. Resolução nº 85/83 - CONSEPE. Desclassificação de candidato a vestibular que faltar uma das provas ou tiver escore igual a zero em qualquer das mesmas. Espelhando tal portaria dispositivo constante do art. 2.º do decreto nº 68.9908/71, e considerando que as resoluções não podem colidir com os comandos do decreto, e de considerar-se inválida tal resolução. (REO 384 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira 2ª T DPJ 12.10.89, pag. 27)

EMENTA

Mandado de segurança. Administrativo. Matrícula em curso universitário sem observância da ordem de classificação. Direito adquirido. O candidato que foi preterido em concurso público, para ingresso em universidade, adquire o direito a matrícula. Remessa oficial desprovida. (REO 484 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T., DPJ 14.10.89, pag.31)

EMENTA

Administrativo. Mandado de segurança. Tomada de preços. A habilitação dos concorrentes, devendo preceder a tal procedimento, integra tal processo licitatório, legitimando exigências da parte da autoridade administrativa para efeito de adjudicação. (MS 509 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 14.10.89, pag. 38)

EMENTA

Administrativo. Mandado de Segurança. Ensino superior. Alteração curricular. Inexistindo relação contratual entre o aluno e Universidade, sendo tal relação jurídica de natureza estatutária, não tem o aluno direito líquido e certo a alegar contra alteração curricular da parte da Universidade que assim age dentro de sua atribuição pedagógica. (AMS 565 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2.ª T., DPJ 14.10.89, pag.39)

EMENTA

Administrativo. Mandado de segurança. Ensino Superior. Transferência de servidor público. O Direito estabelecido pelo art. 158 da Lei 1711/52, se

estende a qualquer servidor público, federal, estadual, ou municipal, não se apresentando como óbice à concessão do mesmo o não reconhecimento do estabelecimento de origem desde que neste comprovado que o mesmo funciona com autorização oficial. (REO 566 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2.T., DPJ 14.10.89, pág. 39)

EMENTA

Administrativo. Escola Técnica Federal. Classificando o aluno para a 1ª. entrada - turno da tarde, não há como ser prejudicado quanto à opção de entrada em virtude de remanejamento. Inadmissível resultar em prejuízo do aluno sua classificação em concurso de entrada para a Escola. (REO 571 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 14.10.89, pág. 39)

EMENTA

Ação rescisória. Administrativo. A opção prevista nos arts. 3, 4 e 7 do Decreto-Lei nº 1971/82, na área das autarquias federais de regime especial, restringe-se aos dirigentes das entidades de que tratam as Leis nºs 4595/64 e 3385/70, além de outras cujo regime de remuneração de pessoal não se incluía nas disposições da Lei 5645/70. (PCC). Precedentes do TFR e deste Tribunal. Improcedência da ação. (AR 16 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 27)

EMENTA

Administrativo. Proibição do art 195. VII, da Lei 1.711/52. Funcionário que dirige hospital. Exercício de comércio. Ação rescisória improcedente (AR 27 - PE, Rel. p/ acórdão Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 27)

EMENTA

Administrativo. Ensino Superior. Jubilação Desobediência. . ao necessário processo legal. Ilegalidade do ato, que afronta, inclusive mandamentos constitucionais garantidores do direito à educação de todos (AMS 209/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 29)

EMENTA

Administrativo. Cargo de Confiança. Autarquias Federais. Percepção das vantagens estabelecidas nos Decretos-leis 1971/82 e 2036/83. Limites estabelecidos pela Lei 7419/85 (AMS 427/89 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 30)

EMENTA

Administrativo. Adicional por tempo de serviço. Funcionários do TRT. O adicional pro labore facto incorpora-se ao patrimônio do servidor, constituindo direito adquirido. Respeito ad futurum aos dispositivos da Lei 6.105/74 em relação ao funcionário que já satisfez o tempo necessário para aquisição de tal vantagem (AC 1130/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 31)

EMENTA

Ex-combatente. Não sendo de natureza constitucional a Lei 5.315/67, não há como, em face da interpretação restritiva emprestada ao conceito de ex-combatente, em seu artigo 1º, negar-se o benefício da aposentação especial aos 25 anos, dos elencados nas Leis 288/48, 616/49, 1156/60 e 5698/71. Considerando ter abrigado o artigo 53 do ato das disposições constitucionais transitórias, da vigente Carta Magna, em seu corpo, o disposto no art. 1º da referida lei 5.315/67, a partir de 05.10.88 fará jus a tal benefício somente quem se conformar ao conceito de ex-combatente ali consagrado, com ressalva àquele que provar tenha adquirido direito ao mesmo benefício, antes da data da promulgação da Carta vigente. Objetivando, no entanto, em Ação Declaratória, a percepção de direitos privativos de militar reformado e não se fazendo prova de tal qualidade, é de julgar-se improcedente a ação. Tem-se por providas a apelação e remessa de ofício (AC 1231/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 31.10.89, pág. 31)

EMENTA

Administrativo. Servidor público. Acumulação legal de cargos. Exoneração "ex officio" por considerar tácita a manifestação de funcionário não intimado

administrativamente para exercer opção instituída pela Instrução Normativa 26/74 DASP. Ofensa ao próprio instituto da estabilidade funcional (REO 1453/89 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 31.10.89, pág. 32)  
EMENTA

Administrat\vo. Servidor. Reposicionamento. Processo seletivo. Decreto-lei 1874/81. Cuidando tal dispositivo de reposicionamento do pessoal ainda não incluído no Plano de Classificação de Cargos, é de considerar-se tal dispositivo como imperativo legal para tal. (AC 1497/89 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 32)

EMENTA

Administrativo. Quinquênios. Critério de cálculo. Antes da vigência da atual carta magna, tão só aos magistrados, restringia-se o critério de cálculo adotado pelo Decreto-lei no 2.019/83 (AC 1669/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 31.10.89, pág. 32)

EMENTA

Administrativo. Gratificação por Operações Especiais. Dec.-lei 1714/79. Incorporação de tal gratificação aos vencimentos, de acordo com o tempo de serviço. O disposto no art. 3o do DL 1714/79 não instituiu uma nova gratificação com existência ao lado da gratificação estipulada em seu art. 1o . Apelação improvida. (AC 2427/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 31.10.89 pág 34)

EMENTA

Administrativo. Incentivo à titulação do docente universitário constitui vantagem que não se confunde com o salário, nem integra base de cálculo da gratificação adicional de tempo de serviço. Recurso improvido. (RO 002 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães. 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 27)

EMENTA

Administrativo. Enquadramento de servidor universitário. Lei de Isonomia (Lei 7.596/87, Decreto 94.664/87 e Portaria 475/87). Tempo de serviço público. Abrangência de período de serviço em autarquia federal. Invalidez de restrição da contagem ao tempo de serviço prestado à universidade. Apelo improvido (AMS 028 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

EMENTA

Administrativo. Funcionário cedido à Justiça Eleitoral. Dispensa de cargo comissionado. Inexistência de direito à reassunção. Remessa provida (REO 030 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

EMENTA

Administrativo. Gratificação de atividade (Decreto-Lei 1445/76). Transformação em gratificação de nível universitário, sem prejuízo para os servidores. Validade. Recurso improvido. (RO 081 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

EMENTA

Administrativo. Anulação de contrato de trabalho de professor universitário sem aprovação do Departamento a que estava vinculado. Violação da garantia estabelecida no Decreto-lei 85, de 1980, art. 33. Apelo e remessa oficial improvidos (AMS 356 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 31).

EMENTA

Administrativo. Seleção para Curso de Mestrado. Sujeição às regras do edital. Inaplicabilidade de critérios relativos ao concurso vestibular para os cursos de graduação. Apelo improvido (AMS 365 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 01.11.89, pág. 31)

EMENTA

Administrativo. Posto de Saúde Municipal. Inexigibilidade de assistência técnica de farmacêutico. Súmula 172 - TFR. Apelo Provido (AMS 512 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 01.11.89, pág. 32)

EMENTA

Administrativo. Eleição Sindical. Suspensão descabida da apuração. Prosseguimento do processo eleitoral com nova votação. Sentença confirmada. (REO 688 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 32)

EMENTA

Administrativo. Militar. Punições referentes a fatos diversos publicadas num mesmo Boletim Interno. Validade. Apelo improvido (AC 956 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., DPJ 01.11.89, pág. 33)

EMENTA

Administrativo. Decretada a extinção de punibilidade no Juízo criminal mantém-se incólume o ato de demissão de funcionário. Regularidade do processo administrativo. Apelo improvido. (AC 1322 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., DPJ 01.11.89, pág. 33)

EMENTA

Ensino Superior. Progressão vertical de Professor Universitário. Atenta contra direito líquido e certo o ato que indefere a progressão vertical de Professor Universitário considerado apto para ascender na carreira. Remessa oficial improvida. Sentença confirmada. (AMS 291-PE, Rel. Juiz Francisco Falcão, 1ª.T., DPJ 27.10.89, pág. 18)

EMENTA

Administrativo. Funcionário Público. Vantagem que não se incorpora. Inteligência do art. 1º, do Decreto-lei nº 2270/85. A vantagem de que trata o art. 1º, do Decreto-lei 2270/85, só é perceptível durante e enquanto o servidor está investido no cargo comissionado. Exonerado que seja, cessa a razão de ser do seu pagamento. Apelo improvido. Sentença confirmada (AMS 323 - PB, Rel. Juiz Francisco Falcão, 1ª.T., DPJ 27.10.89, pág. 18)

EMENTA

Administrativo. Reajuste de benefício previdenciário. Homologação do cálculo. A decisão, quando determinou que o reajuste se fizesse pelo índice do salário mínimo, atentou para prestação mínima paga ao empregado, pouco importando o nome juris que se lhe dê. Os reajustes serão fixados com base no índice da política salarial, não podendo sofrer redução resultante de critérios administrativos. Apelo improvido. (AC 731 - RN, Rel. Juiz Francisco Falcão, 1ª.T., DPJ 27.10.89, pág. 18)

EMENTA

Administrativo. Militar. Enfermidade equiparada a alienação mental. Prescrição. Não corre prescrição contra alienado mental ou pessoas a ele equiparadas. A insanidade mental que pré-existe o tempo do licenciamento, confere direito à reforma com os proventos de 3º Sargento. Recursos não providos, sentença confirmada. (AC 1950 -RN, Rel. Juiz Francisco Falcão, 1ª.T., DPJ 27.10.89, Pág. 18)

EMENTA

Administrativo. Congelamento de preços. Tarifa de energia elétrica. Plano Cruzado. Decreto-lei 2284/86. Inadmissível o aumento da tarifa de energia elétrica durante o congelamento de preços decretado pelo Governo Federal, posto que inaplicável, no caso concreto, a ressalva do art. 36, do Decreto-lei 2283/86. Apelação improvida. Sentença confirmada (AMS 556 - PB, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T., DPJ 27.10.89, pág. 22)

EMENTA

Administrativo. Ex-combatente. Conceito. Com o advento da Lei 5.315/67, estendeu-se o conceito de ex-combatente aos que tenham participado de missões de vigilância ou segurança do litoral ou de guarnições de ilhas oceânicas como Fernando de Noronha, ou deslocando-se, para esse fim, com suas unidades. Apelo desprovido. Sentença mantida. (AC 1717 - RN, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª.T., DPJ 27.10.89, pág. 23)

EMENTA



Administrativo. Remarcação de preços. Infração à regra de congelamento. Regularidade do processo administrativo. Apelo provido. (AC 2970 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., DPJ 09.11.89, pág. 32)

EMENTA

Administrativo. Retenção de diárias a título de compensação por débito oriundo de apuração de responsabilidade do servidor. Invalidez. Parcelamento do débito já deferido pela Administração, sujeitando-a ao cumprimento do pactuado. Apelo improvido. (AC 1510 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., DPJ 02.11.89, pág. 36)

EMENTA

Administrativo. Apuração de responsabilidade do funcionário em inquérito presidido por servidor então integrante de Tabela Especial. Inafastabilidade da regra que estabelece a composição da comissão por funcionários estáveis. Nulidade reconhecida. Apelo improvido. (AC 1512 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 02.11.89, pág. 36)

EMENTA

Administrativo. Militar. Zona de Guerra. Não tendo o militar participado efetivamente das operações bélicas, na Itália, prescreve em cinco anos o direito a rever ato de reforma. Precedentes do TFR. Apelo provido. (AC 1737 - RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., DPJ 02.11.89, pág. 36)

EMENTA

Administrativo. Revisão de ato de classificação (Dec.-lei 1.445, de 1976). Prescrição quinquenal. Apelo improvido. (AC 1865 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 02.11.89, pág. 37)

EMENTA

Administrativo. Revisão de aposentadoria. Pretensão atingida pela prescrição quinquenal. Readaptação baseada na Lei 7.703/73. Desatendidos os requisitos legais, não pode ser deferida. Apelo improvido. (AC 2028 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Administrativo. Inadimplemento de empreiteira. Atraso da obra. Reajustamento indevido. Não tem direito a reajuste do preço avençado contratante que descumpra obrigação na execução de obra pública. Apelo improvido. (AC 2145 - SE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., DPJ 02.11.89, pág. 38)

EMENTA

Pedido de anulação de modificação em reforma do militar e restabelecimento do ato original. Prescrição do fundo de direito. Súmula 250 - TFR. Apelo provido. (AC 3132 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 02.11.89, pág. 41)

EMENTA

Administrativo. Militar. Ex-combatente. Reconhecimento dessa condição. - São considerados "Ex-combatentes" apenas os que participaram efetivamente de operações bélicas nos campos de batalha da Itália (Súmula 104/TFR). - Assim sendo, os benefícios que defluem da Lei 5.315/67, para efeito da aplicação do art. 178 da CF de 1967, somente podem ser deferidos àqueles que fizeram prova de serem detentores de um dos títulos ali especificados. - Apelação provida. Sentença reformada. (AC 1262 - RN, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª.T., DPJ 08.11.89, pág. 30)

EMENTA

Administrativo. Licitação. Habilitação. Preclusão. Concluída a fase de habilitação dos licitantes e abertas suas propostas, é inadmissível o exame de questões pertinentes a habilitação, posto que em relação a esta operou-se a preclusão. (AMS 352-PE, Rel. Juiz Hugo Machado.08.11.89, pág, 32)

EMENTA

Administrativo e processual Civil. Independência das instâncias administrativa e criminal. Mandado de segurança. Competência. Foro da sede da autoridade impetrada. Matéria de fato controvertida.

- Segundo a jurisprudência pacífica inclusive do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL a competência, para apreciar o mandado de segurança é do Juízo da sede da autoridade impetrada.

- A Administração não está obrigada a esperar o desfecho da ação criminal para aplicar pena administrativa a servidor público.

- O simples fato de haver sido produzida, em ação penal, prova que conflita com a produzida no processo administrativo do qual resultou a punição do servidor, não autoriza a invalidação da pena administrativa, especialmente pela via do mandado de segurança, e sem que tenha havido sequer sentença absolutória.

- Remessa e apelação improvidas.

- Sentença reformada. (AMS 380 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T., DPJ 08.11.89, pág. 33)

EMENTA

Administrativo. Licitação. Menor preço e proposta mais vantajosa. Proposta mais vantajosa é aquela de menor preço, salvo critérios explícitos e objetivos de avaliação, fixados no edital respectivo. O ônus de demonstrar que a proposta de menor preço não é a mais vantajosa é da Administração. Apelação provida. (AMS 431 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T., DPJ 08.11.89, pág. 33)

EMENTA

Administrativo. Licitação. Requisitos. O edital de licitação só pode exigir dos concorrentes capacidade técnica e idoneidade financeira. A capacidade técnica é a falada nas alíneas "a" e "b" do inciso I do art. 5º do Decreto no 86.025, de 22 de maio de 1981, sendo ilegal qualquer outra existência. Apelo desprovido. (AMS 503 -CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T., DPJ 08.11.89, pág. 33)

EMENTA

Administrativo e Constitucional. Terrenos de Marinha. Reajustamento do foros. Art. 88 da lei 7.450/85. Inocorrência de retroatividade.

A atualização do valor do domínio pleno dos terrenos aforados à União, nos termos do art. 101, Decreto-lei nº 9.760/46, com redação que lhe deu o art. 88, da Lei nº 7450/85, não implica em retroatividade constitucionalmente vedada. - Apelo improvido. (AMS 724 - RN, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T., DPJ 08.11.89, pág. 35)

EMENTA

Administrativo. Mandado de segurança. Resolução nº. 85/83 - CONSEPE.

Desclassificação de candidato a vestibular que faltar uma das provas ou tiver escore igual a zero em qualquer das mesmas. Espelhando tal portaria dispositivo constante do art. 2. do decreto n. 68.9908/71, que foi revogado pelo art. 4º .do Decreto nº. 79.298/77, e considerando que as resoluções não podem colidir com os comandos do decreto, é de considerar-se inválida tal resolução.(REO 384 -RN, Rel.Juiz Petrucio Ferreira, 2.T., DPJ 12.10.89, pág.27)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO CONSTITUCIONAL

EMENTA

Qualquer que seja o valor da causa em que haja questão de constitucionalidade, cabe apelação. Súmula 246 - TFR. Agravo provido.(Ag 131 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2.T., un., DPJ 11.10.89, pág. 24)

EMENTA

Constitucional.Anistia.Militares. Emenda Constitucional n. 26/86. De acordo com o entendimento do TFR, tem motivação política a expulsão de militar que integrava Diretoria de associação de classe, em março de 1964. Apelo provido.(AC 449 -RN, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, Rev. Juiz Nereu Santos, 2.T., DPJ 11.10.89, pág. 24)

EMENTA

Constitucional. Direito à certidão - O direito à certidão para defesa de esclarecimentos de situação é assegurado constitucionalmente, não podendo a

autoridade a quem é requerida perquir\ra respeito do direito a ser defendido, ou da utilidade da certidão para sua defesa.

Mandado de segurança deferido.

Sentença confirmada. (AMS 288 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª T., DPJ 08.11.89, pág. 32)

EMENTA

Constitucional. Intervenção no domínio econômico. Plano Cruzado.

Inconstitucionalidade. - A intervenção no domínio econômico só é válida se feita mediante lei federal.

- Inconstitucionalidade do congelamento de preços de que trata o Decreto-lei no 2284/86, que instituiu o denominado "Plano Cruzado" (AC 401 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T., DPJ 08.11.89, pág. 33)

EMENTA

Constitucional e Civil. Responsabilidade Civil da Administração Pública.

Veículo da SUDENE dirigido por servidor de autarquia estadual. que atropela a esposa do autor. Imputabilidade decorrente de culpa in eligendo e da regra do art. 37, pg. 6o, CF. Apelo improvido. (AC 1535-PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 02.11.89, pág. 36)

EMENTA

Constitucional. Intervenção do domínio econômico. SUNAB. Controle de Preços. Lei Delegada no 4/62. Portaria Super 11/86.

- A Constituição Federal de 1967, como a atual, permite a intervenção no domínio econômico, mas determina que o instrumento jurídico dessa intervenção há de ser a lei.

- A Lei Delegada nº 4/62 mesmo atribuindo aos órgãos incumbidos do controle de preços competência para disciplinar a circulação e distribuição dos bens sujeito ao regime que estabeleceu, não autoriza tais órgãos a exigir documentário fiscal em desacordo com o instituído pela legislação específica. A obrigação de emitir documentos diversos dos exigidos pela legislação tributária só por lei pode ser imposta.

- Apelo improvido (AC 783 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T, DPJ 09.11.89, pág. 29)

EMENTA

Constitucional. Legalidade. Poder de Polícia. Cinto de Segurança.

- No regime constitucional vigente, como no anterior, "ninguém será obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei" (CF, art. 5º, item III).

- Com fundamento no Poder de Polícia são admitidas apenas as restrições ao indivíduo que resultem proveitosas para a coletividade. Inadmissível uma restrição ao indivíduo a pretexto de protegê-lo.

- Sem lei que o determina, não tem fundamento jurídico a exigência do uso do cinto de segurança em veículo particular. (AMS 822 - AL, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T., DPJ 09.11.89. pág; 29).

EMENTA

Constitucional. Expulsão de militares. Anistia. A anistia de que trata a lei nº 6 683/79 aplica-se aos punidos com fundamento na legislação ordinária, desde que o motivo da punição seja inequivocamente político.

Setença mantida (REO 2282 - CE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª. T, DPJ 27.10.89 pág; 23)

EMENTA

Constitucional. Dispensa de correção monetária prevista no art. 47 do Ato das Disposições Transitórias. Equivale a recusa de recebimento a exigência de pagamento de . parcelas além do débito principal, juros legais e taxas judiciais. Apelo provido. (AC 3357 - SE, Rel Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 04.11.89, pág. 36)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PREVIDENCIÁRIO

EMENTA

Previdenciário e Processual Civil. Suspensão de benefício. Mandado de segurança. Recurso adesivo.

Inadmissível a suspensão de benefício previdenciário sem que tenha sido alegada fraude, ou irregularidade, apurada em processo administrativo, com garantia de ampla defesa para o interessado.

Cabível o mandado de segurança para restaurar o benefício suspenso.

O recurso adesivo só é cabível quando o recorrente tenha sucumbido apenas em parte. Litisconsorte vencido totalmente não pode utilizá-lo para substituir apelação não interposta no prazo legal. (AMS 516 - SE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ª.T., DPJ 14.10.89, pag.31)

EMENTA

Previdenciário. Mandado de segurança. Aposentadoria por velhice. Preenchidos os requisitos do art. 297, parágrafo 1º. do Decreto 83080/79, não há como, sob fundamento de mera presunção de falsidade de certidão de nascimento com que se instituiu o processo administrativo, de se cassar tal benefício. (REO 613 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2.T., DPJ 14.10.89, pag. 39)

EMENTA

CONTRIBUICÕES PREVIDENCIÁRIAS. DECADÊNCIA. PRESCRIÇÃO. CONFISSÃO DE DÍVIDA.

1- Se é certo que a obrigação do pagamento de contribuições previdenciárias nasce da lei, pelo que a simples confissão não é meio de constituí-la, não menos certo é se aceitar como válido o reconhecimento do débito e pacto de sua liquidação parcelada, quando tal instrumento é lavrado com base em levantamento feito em procedimento administrativo e não se aponta qualquer vício capaz de ilidir o que foi ajustado.

2- A confissão de dívida previdenciária implica em ficar suprida a ocorrência de não haver se oferecido oportunidade de defesa em procedimento administrativo, por ser um reconhecimento legal de que o fato gerador da dívida ocorreu.

3- A decadência e a prescrição podem ser renunciadas pelo particular beneficiado por tais entidades jurídicas.

4- Só há decadência de cobrar contribuições previdenciárias quando a atuação da administração fica inerte, por 5 ou mais anos, a contar da ocorrência do fato gerador da obrigação, para apurar o quantum devido por meio de processo administrativo.

5- A prescrição começa a correr da constituição definitiva do lançamento e se caracteriza pela paralização do órgão arrecadador em não tomar providências Judiciais para a cobrança da dívida apurada. É a perda do direito de acionar. Em se tratando de contribuições previdenciárias, só se consuma no prazo de 30 (trinta) anos, a contar da constituição definitiva do lançamento.

6- Sentença reformada. Não provimento do apelo voluntário do devedor. Provimento da remessa oficial tida como interposta. (AC 1031-PE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., DPJ 12.10.89, pag. 33)

EMENTA

Previdenciário. Renda mensal com o benefício do art. 2 da Lei 4.297/63. Acumulações de funções, sem aumento de salário. Direito ao cálculo do benefício com base no salário do cargo que o segurado ocupava, quando se aposentou. Apelo improvido. (AC 1172 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2º.T., un., DPJ 11.10.89, pag. 24)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PROCESSUAL CIVIL

EMENTA

Processual Civil. Satisfação, no âmbito administrativo, do direito pleiteado. Reconhecimento do pedido.

A satisfação do pedido, no âmbito administrativo, após o conhecimento da liminar, importa em reconhecimento do pedido por parte do impetrado (art.269, II do CPC).

Mandado de segurança. Recebimento de benefício previdenciário por força de liminar. Não restituição.

Os benefícios previdenciários têm caráter alimentar. O seu recebimento, por força de liminar, não importa em obrigação de restituição, caso não seja concedida a segurança. Precedentes do TFR. Recurso oficial desprovido. (REOMS 328 - RN, Rel. Juiz Hugo Machado 1ª T DPJ 14.10.89, pág.31)

EMENTA

Processual Civil. Execução fiscal. Anistia. Conversão de depósito em renda.. Em face da anistia de que trata o DL 2303/86, os depósitos feitos a título de pagamento devem ser convertidos em renda. Apelação provida.(AC 3099, Juiz Rel. Hugo Machado, 1ª.T., DPJ. 14.10.89, pág.32)

EMENTA

Processual Civil e Previdenciário.Ação Rescisória. I. Saneado o processo, preclui a questão relativa a certidão de trânsito em julgado, até porque a certeza desse fato decorre de já se haver executado a sentença rescidenda. II. Discordância do enunciado da Súmula 84 - TFR não enseja a rescisão do julgado. III. Inexistente violação a dispositivo de lei se a sentença, mesmo não optando pela melhor interpretação, aplicou o direito em consonância com orientação de corrente jurisprudencial. IV. Integralidade dos proventos de ex-combatente. Improcedência da demanda.(AR 03- PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, Rel. p/o acórdão Juiz Lázaro Guimarães, Pleno, por maioria, DPJ 14.10.89, pag. 32)

EMENTA

Execução fiscal. Contribuição previdenciária. Inaplicabilidade do Decreto-lei n.2.303/86.

I. O art. 29, itens I e II do Decreto-lei nº 2303/86, não abrange os débitos para com o IAPAS.

II.Provimento do apelo.(AC 926 - CE, Rel. Juiz Nereu Santos, 2ª.T., DPJ 14.10.89, pág.35)

EMENTA

Valor da causa. Impugnação. O valor da causa não pode ser fixado com base na capacidade aquisitiva das partes, e sim no conteúdo econômico da demanda. (Petição 042/89 - PE, Juiz Rel. Araken Mariz, Pleno, DPJ 14.10.89, pág.32)

EMENTA

Processo Civil. Liminar em ação de conhecimento, de procedimento ordinário. Impossibilidade. Violação do princípio do devido processo legal (art.5, LIV, CF). Agravo provido. (Ag 186 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., un., DPJ 14.10.89, pág. 32)

EMENTA

Medida cautelar. Depósito de prestações da casa própria. É cabível a medida cautelar no sentido de que possa o devedor efetuar o depósito das prestações referentes ao financiamento da casa própria pelo SFH, para evitar a ocorrência de mora com possível constrição judicial, até que se decida na ação principal o valor exato do reajuste que deverá incidir sobre essas prestações. Apelo a que se dá provimento.(AC 443 - CE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª.T., DPJ 14.10.89, pág.36)

EMENTA

Processual. Ação possessória. Mandado de imissão na posse expedido liminarmente. Apresentando-se ao Juiz a posse velha, bem como não estando provado o esbulho, não há como se expedir liminarmente o mandado de imissão, máxime quando de sua expedição pode decorrer, aos olhos do Juiz que preside a causa, uma grave e irreparável injustiça. (Ag 166/89 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2.T., DPJ 14.10.89, pág. 38)

EMENTA

Processual Civil. Agravo de instrumento. Perícia. Quesitos destinados a elucidar fatos não pertinentes a decisão da causa. Indeferimento dos mesmos.

Improvemento do recurso. (Ag 092/89 - SE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2.T., DPJ 14.10.89, pág. 37)

EMENTA

Processual. Ação possessoria. Não se tratando de força velha e se encontrando a petição inicial devidamente instruída, nos termos do art. 928 do CPC, o juiz deferindo a expedição do mandado liminar de manutenção de posse, seu despacho não merece reparo algum. Agravo rejeitado. (Ag 117/89 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 14.10.89, pág. 37)

EMENTA

Processual. Prazo. IAA. Exceção de incompetência. Tratadas diversamente as figuras de exceção e da contestação, descabe o aproveitamento, de uma para outra, das suas regras de regência. Normas referentes a privilégio não de ser interpretadas estritamente. Não se aplica o prazo em quadruplo para a contestação da parte da Fazenda Pública, nos termos do art.188 do CPC, à exceção de incompetência. Em se tratando de controvérsia relativa a funcionários públicos, o IAA pode ser demandado no local onde mantenha superintendência. Art. 100, IV, "b", do CPC.(Ag 235 -PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 14.10.89, pág. 38)

EMENTA

Processual. Mandado de segurança. Desistência do impetrante. Desnecessidade do consentimento do litisconsorte passivo. Agravo rejeitado. (Ag 126 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 14.10.89, pág. 38)

EMENTA

Processual. Execução Fiscal. Ausência de bens. Devedor não localizado. Arquivamento sem baixa.

- Na ausência de bens e não sendo localizado o devedor, decorrido mais de um ano, a execução será arquivada sem baixa até que surjam os bens ou localizado o devedor

- Recurso provido.( AC 2660 - CE, 1ª. Turma, Rel. Juiz. Castro Meira, DPJ 12.10.89, pág. 25).

EMENTA

Processual Civil. Ato que implica em extinguir o processo tem a natureza de sentença. Publicação que se consuma com o lançamento de termo nos autos. Considera-se intimada a parte cujo advogado teve vista dos autos e peticionou. Apelação interposta meses após. Intempestividade. Agravo improvido.(Ag 118 -PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., un., DPJ 11.10.89, págs.23 e 24)

EMENTA

Processual. Lei 6.830, art.25. Intimação pessoal dos despachos na pessoa do procurador da Fazenda ou das Autarquias Federais. Imperativo legal. Sem efeito intimação em desobediência a tal ditame. Agravo procedente.(Ag 127 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 14.10.89, pag.38)

EMENTA

Ação Rescisória. Dolo. Ofensa a dispositivo legal. Documento novo

I. O valor atribuído a causa inferior à demanda não constitui dolo, bastando a impugnação no tempo certo para corrigi-lo.

II. A absolvição penal enseja o direito de ação para a reintegração no emprego.

III. Não é documento novo aquele que deixou de ser produzido por desídia ou negligência da parte em procurá-lo (AR 018 - RN, Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, DPJ 14.10.89, pág. 32)

EMENTA

Processual Civil. Embargos a execução Valor da causa. Nos embargos do devedor, o valor da causa corresponde ao da execução. Agravo provido. (Ag 91 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T DPJ 14 10 89, pág.32)

EMENTA

Mandado de segurança. Reajuste das prestações do mutuário do SFH. Cabimento da mandamental Limite máximo da variação do salário mínimo . Inexistência de

conflito com a orientação do STF no julgamento da Representação nº 1288-3 - DF. Aplicação da equivalência salarial prevista no contrato. Apelo provido parcialmente. (AMS 496 - PE, Rel. Juiz Lázaro. Guimarães, 2ª.T, un., DPJ 11.10.89, pág. 23)

EMENTA

Apelação recebida como embargos infringentes. Execução de valor inferior a 50 ORTN's (valor da época) quando da vigência da Lei n. 6.825/80. Certo o despacho que, aplicando o princípio da fungibilidade recursal, recebeu apelação como embargos infringentes. Apelo improvido. (Ag 222 - PE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª.T, DPJ 12.10.89, pág. 32)

EMENTA

Embargos de Declaração. Efeito modificativo. Possibilidade.

1. Na instância superior, quando do julgamento do Recurso ordinário, aprecia-se, como preliminar, a questão relativa ao valor da causa. É a aplicação do princípio lógico aos procedimentos processuais e respeito ao entendimento de que, em se tratando de duplo grau de jurisdição, não deve haver interpretação restritiva.

2. Embargos recebidos. Efeitos modificativos para afastar a contradição existente no acórdão. (ETB 242 - PE, 2ª.T., Rel. Juiz José Delgado, DPJ 12.10.89, pág. 32)

EMENTA

Penhora. Bens hipotecados em garantia de negócio firmado em cédula de crédito industrial. Impenhorabilidade que persiste, na forma do art. 57, do Decreto-lei nº 413, de 09.01.69, salvo em execução fiscal. Provimento do agravo (Ag 080 - PE, 2ª. T., Rel. Juiz José Delgado DPJ. 12 10 89, pág.31)

EMENTA

Processual Civil. Execução contra sócio Inexistência de bens da sociedade. Possibilidade .

1- Deixando a sociedade de operar e. não se encontrando bens de sua propriedade para serem penhorados, em execução fiscal, transferida fica para os sócios a responsabilidade para com os tributos devidos.

2- Cabível, é, portanto, a citação de um dos sócios para responder pela dívida. O limite de seus encargos patrimoniais será definido em sentença final, após apreciação de embargos, dependendo do grau de relacionamento obrigacional que foi assumido com a sociedade.

3- Descabe, conseqüentemente, indeferir, "in limine" o chamamento de sócio, posto que, essa qualidade é suficiente, por si só, para integrar no polo passivo a execução, quando a situação assinalada, de inexistência de bens da sociedade, se torna real.

4- Agravo provido. (Ag 096 - PE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., DPJ 12.10.89, pág. 31)

EMENTA

INTER. REPRESENTAÇÃO PROCESSUAL. CAPACIDADE DE ESTAR EM JUÍZO.

- A competência conferida ao INTER para promover, em Juízo, a desapropriação de áreas rurais, por interesse social, tem suporte legal na possibilidade do Presidente da República exercitar prerrogativa personalíssima de delegar essa atribuição, de acordo com o art. 161, pg. 4., da Constituição Federal anterior. Se podia delegar por Decreto, válida e eficaz se torna a medida por ter sido adotada por Decreto-lei.

- Tem o INTER, assim, por delegação do Presidente da República, competência integral para exercitar a função que lhe foi delegada, de promover em Juízo a desapropriação de áreas rurais por interesse social, bem como as ações discriminatórias.

- O INTER enquadra-se, assim, como órgão de representação processual da União, representando-a os procuradores da referida autarquia.

- Agravo provido. (Ag 102 - CE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., DPJ 12.10.89, pág. 31)

EMENTA

Execução Fiscal. Competência. Inalterabilidade. Executado não encontrado no endereço constante na petição inicial. Requerimento da parte exequente para expedição de precatória, a fim de citar o devedor em outra Comarca. Decisão do Juiz a quo que, ao invés de deferir o pedido de expedição da precatória, determina a remessa dos autos para a Comarca onde diz o exequente que reside o executado. Impossibilidade do procedimento referido, uma vez que a incompetência relativa não pode ser alterada de ofício. Escolhido o foro pelo exequente na forma do art. 578 do CPC, não se altera de ofício a competência jurisdicional já fixada. Agravo provido. (Ag 136 - PB, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., DPJ 12.10.89, pág. 31)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PENHORA EM BENS NOMEADOS. APERFEIÇOAMENTO DO ATO. TEMPESTIVIDADE DE EMBARGOS DO DEVEDOR.

1 - A penhora em bens nomeados pelo executado só se aperfeiçoa quando há sobre a indicação o pronunciamento da parte exequente.

2 - São tempestivos os embargos, em execução fiscal, quando apresentados antes de se completar o ciclo de 30 dias a contar da intimação da penhora devidamente formalizada.

3- Agravo não provido. (Ag 155 - AL, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., DPJ 12.10.89, pág. 31)

EMENTA

Processual Civil. Agravo de Instrumento. Incompetência absoluta alegada no corpo da contestação e não apreciada, de modo explícito, no saneador. Idem arguição preliminar de impossibilidade jurídica do pedido. Impossibilidade de rejeição implícita de arguição de incompetência e de preliminar, por necessidade de fundamentação do "decisum" (art. 165, CPC). Despacho saneador que se anula. Determinação para que, em primeiro grau, seja julgada a arguição de incompetência absoluta do Juízo Federal. Caso rejeitada, que se aprecie a preliminar de impossibilidade jurídica do pedido.

Interpretação do art. 327, do CPC.

Agravo provido. (Ag 170 - CE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., DPJ 12.10.89, págs. 31/32)

EMENTA

Mandado de segurança. Reajuste das prestações do mutuário do SFH. Cabimento da ação mandamental. Limite máximo da variação do salário mínimo. Inexistência de conflito com a orientação do STF no julgamento da Representação n.1288-3 - DF. Aplicação da equivalência salarial prevista no contrato. Apelo provido parcialmente. (AMS 579 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., un., DPJ 14.10.89, pág.33)

EMENTA

Plano de equivalência salarial. Reajuste das prestações da casa própria: BNH. As prestações relativas aos contratos de financiamento da casa própria, vinculadas ao Sistema Financeiro de Habitação (SFH), devem ser reajustadas com base nos índices de variação do salário mínimo., consoante o princípio emergente do art. 5º, parágrafo 5º da Lei4380/64. Precedentes do extinto TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS. Apelo desprovido. (AC 237 - PB, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª Turma., DPJ 14.10.89, pág. 36)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANCA. ATO JUDICIAL. CABIMENTO. TRANSFERÊNCIA DE MILITARES. CONVENIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO.

I - Admite-se ação mandamental contra ato judicial do qual não caiba recurso com efeito suspensivo, desde que presentes os pressupostos do Mandado de Segurança e também que se tenha interposto o recurso próprio a tempo e modo.

II- Cabe à Administração militar ajuizar acerca da conveniência ou não da movimentação do militar.



III-Segurança concedida. (MS 01 - CE., Rel. Juiz Nereu Santos, 2ª.T., DPJ 31.10.89, págs. 27)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AUTO-MANDATO. ADMISSIBILIDADE. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. APRECIACÃO DE EMBARGOS DECLARATÓRIOS.

- Sendo o Advogado da Empresa sócio majoritário e com poderes outorgados pelo próprio contrato social, para promoção em Juízo, admite-se regular a representação.

- Cabe ao Juiz prolator da sentença apreciar os Embargos Declaratórios contra Julgado seu, ainda que tenha afirmado suspeição. (CC 006 - PE, Rel. Juiz Araken Mariz, Pleno, DPJ, 31.10.89, pág. 27)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SUA IMPROCEDÊNCIA.

1. O Juiz que iniciou a audiência de instrução sem que nela se tenha produzido provas, não se vincula ao processo.

2. Aplicação da Súmula 262 do TFR.

3. Improcedência do conflito. (CC nº 17 - PE, Rel. Juiz Nereu Santos, Pleno, DPJ 31.10.89, pág. 27)

EMENTA

Mandado de Segurança contra decisão judicial.

I- A ação mandamental não se presta a atacar decisão ou despacho judicial, se existente recurso próprio na Lei Processual específico para tanto.

II- Não tendo o writ sido impetrado com a finalidade de emprestar efeito suspensivo a agravo de instrumento, imperioso o seu não conhecimento. (MS 126 - SE, Rel. Juiz Nereu Santos, Pleno, DPJ 31.10.89, pág. 27)

EMENTA

Processual. Agravo de instrumento. Intempestividade. Indeferimento da liminar requerida INAUDITA ALTERA PARTE. Não constando dos autos principais certidão do despacho agravado exarado nos autos da cautelar e este despacho não sendo publicado nem dele sendo intimado o advogado, toma-se como prazo a quo para o agravo, a data de vista do advogado nos autos da cautelar, não se levando em conta a vista que o mesmo teve nos autos da principal Não decorridos 05 (cinco) dias daquele despacho, tempestivo. é o Agravo. Tem-se por improvido este, se o despacho agravado foi ditado dentro do estabelecido na lei e dentro do livre convencimento do juiz, formado à vista do encontrado nos autos. (AG 59/89 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ, 31.10.89, págs. 27/28)

EMENTA

PROCESSUAL. D.L. 147/67. Não disciplinando o CPC, no tocante às ações ajuizadas contra a União Federal da exigência contida no D.L. 147/67, no tocante a instrução da inicial com cópias dos documentos a serem remetidos à Procuradoria da Fazenda Nacional, é de considerar-se tal D.L. revogado pela Lei 5.869/73. (AG 141 - PE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 28)

EMENTA

Processual. Mandado de Segurança. Incabível mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado ou contra ato judicial. Inteligência da Súmula 267 do extinto TFR. Ordem denegada. (MS 599/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, Plenário, DPJ 31.10.89, pág. 27)

EMENTA

PROCESSUAL. IMPUGNAÇÃO AO VALOR DA CAUSA. Tendo-se, em Ação Cautelar Nominada Preparatória de Produção antecipada de Prova, através de perícia judicial se encontrado o valor de prejuízo cujo ressarcimento se persegue na Principal superior a 50 OTNs, inadmissível atribuir-se à causa valor inferior àquele montante. Atacando-se a decisão que trata de

valor da causa, via Agravo de Instrumento, é de concluir-se deva se considerar tal decisão como mero despacho interlocutório, onde inexistindo sucumbência, inexistente igualmente lugar para seus ônus, inclusive condenação em verba de honorários advocatícios. Agravo provido. (AGF 231/89 - PE, Rel. Juiz Petrúcio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 29)

EMENTA

Processual. Embargos de declaração. Tributário. Imposto sobre operações financeiras. Ação declaratória. Omissão no acórdão. Providos os embargos. Súmula 510 do STF. Banco Central. Legitimidade passiva ad causam da autoridade que por delegação praticou o ato impugnado. (AC 243/89-CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 29)

EMENTA

Processual. Agravo. Valor da Causa. Não merece acolhida impugnação ao valor da causa desprovida de qualquer subsídio e cujo intento seja, tão só, modificação da alçada. Reiterados entendimentos jurisprudenciais do extinto TFR (AG 24/89 - PE, Rel. Juiz Petrúcio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 29)

EMENTA

Embargos Infringentes. Sendo parcial o desacordo, os embargos serão restritos à matéria, objeto de divergência. Artigo 242 do RI e inteligência do art. 530 do CPC. Não demonstrada a dissonância entre os julgados paradigmas, descumprem-se os requisitos processuais-regimentais necessários à sua admissibilidade. Embargos de divergência não conhecidos. (ERO 264/89 - PE, Rel. Juiz Petrúcio Ferreira, Plenário, DPJ 31.10.89, págs. 29/30)

EMENTA

Processual. Mandado de Segurança. Incabível mandado de segurança contra decisão judicial com trânsito em julgado ou contra ato judicial. Inteligência das Súmulas 267 e 268 do extinto TFR. Ordem denegada. (MS 602/89 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, Plenário, DPJ 31.10.89, pág. 30)

EMENTA

PROCESSUAL. CAUTELAR. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO. Ajuizamento de Cautelar Preparatória visando a não inscrição da dívida quando esta já se encontrava devidamente inscrita. Ineficácia da medida quanto a tal efeito, aproveitando, no entanto, quanto a não exigibilidade da dívida. (AC 746/89 -PE, Rel. Juiz Petrúcio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, págs. 30/31)

EMENTA

Embargos de terceiro. Duplicidade de execução. Identidade do bem penhorado. Arrematado este em uma das execuções, desassiste ao exequente, novamente penhorá-lo e levá-lo a praxeamento. Respeito ao art. 694 do CPC. (AC 1079/89 -RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 31)

EMENTA

EXECUTIVO FISCAL. CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA. Presunção de liquidez e certeza. Ausência de escrituração contábil. Conseqüente lançamento por arbitramento. Julgados improcedentes os embargos com a conseqüente continuação da Execução Fiscal, exclui-se a condenação da verba de honorários advocatícios, em razão de tal encargo ser sempre devido nas Execuções Fiscais, substituindo naqueles a condenação em tal verba. Inteligência da Súmula 168 do extinto TFR (AC 1778/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 32)

EMENTA

Execução hipotecária. Efetuados os pagamentos na expressão precisa dos cálculos apresentados pela exequente e homologados pelo Juiz, julga-se extinta a execução, na forma do art. 794 do CPC. Apelação improvida. (AC 2842/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 31.10.89, pág. 35)

EMENTA

EXECUTIVO FISCAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. BITRIBUTAÇÃO. SEM QUALQUER REFLEXO NO JUÍZO DA EXECUÇÃO FISCAL O PROCESSO ADMINISTRATIVO, VEZ QUE NÃO HÁ COMO PODER ESTE OBSTACULAR A SATISFAÇÃO DO CRÉDITO NA ÁREA JUDICIAL. APELAÇÃO IMPROVIDA. (AC 2902/89 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 35)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. DESPACHO QUE NEGA SEGUIMENTO A APELAÇÃO. EMBARGOS INFRINGENTES.

I. Da decisão que enfrenta embargos infringentes não cabe apelação, somente sendo desconstituídos os seus efeitos via ação rescisória.

II. É de se confirmar o despacho que nega seguimento a recurso apelatório interposto contra decisão prolatada em embargos infringentes.

III. Improvimento do agravo. (AG 027 - SE, Rel. Juiz Nereu Santos, 2ª. T., DPJ 31.10.89, pág. 36)

EMENTA

Processual. Previdenciário. Execução Fiscal. prescção. Emenda. Constitucional nº 8/77.

I. Prescreve em cinco anos a ação para cobrança do crédito previdenciário se, na data da edição da Emenda Constitucional no 8/77, já havia decorrido mais de cinco anos do seu lançamento.

II. Na hipótese de afastada a prescrição reconhecida na sentença, relativa a parte do débito, devem os autos baixar ao Juízo a quo, para apreciar a questão de mérito remanescente.

III. Provimento, em parte, do recurso. (AC 053 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ, 31.10.89, pág. 36)

EMENTA

Processual Civil. Falta de oferecimento, com a inicial, de documento essencial à propositura da ação, no procedimento sumaríssimo. Sua apresentação, todavia, no prazo assinado pelo julgador. Inteligência dos artigos 276 e 284 do Código de Processo Civil.

I. Se o autor, no prazo que foi assinado pelo juiz, vem apresentar o documento essencial à propositura da ação, que o deixara de fazer com a inicial, encontra-se suprida a omissão, não sendo, portanto, caso de extinção do processo.

II. Disposição do procedimento ordinário que também se aplica, subsidiariamente, ao procedimento sumaríssimo.

III. Improvimento do agravo. (Ag 73 - AL, Rel. Juiz Nereu Santos, 2ª T., DPJ 31.10.89, pág. 36)

EMENTA

MANDADO DE SEGURANCA CONTRA ATO JUDICIAL SEU INCABIMENTO À MÍNGUA DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO PRÓPRIO.

1. Não se é de admitir mandado de segurança contra ato judicial se a tempo e modo não se interpôs o recurso próprio visando a desconstituir o ato impugnado.

2. Não pode o mandamus sucedâneo de recursos processuais.

3. Segurança incabível. (MS 704 - CE, Rel. Juiz Nereu Santos, Plenário, DPJ 31.10.89, pág. 39)

EMENTA

Processual Civil. Legitimação para a causa. Ação de depositantes de caderneta de poupança visando obter diferenças de correção monetária. Ilegitimidade passiva do Banco Central, que não tem vínculo jurídico com os autores. Apelo provido. (AC 3411 - CE, Rel. Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 04.11.89, pág. 36)

EMENTA

Processual Civil. Ação que depende de prova exclusivamente documental. Julgamento antecipado da lide (art. 330, I, CPC). Agravo improvido. (AG 76 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., DPJ 01.11.89, pág. 28)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. Imóvel hipotecado arrematado em execução fiscal. Pedido de cancelamento de ônus que deve ser conhecido pelo Juízo Estadual, em matéria registrária, ou em ação de conhecimento adequada. Agravo improvido. (AG 138 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ, 01.11.89, pág. 29)

EMENTA

Processual Civil. Entidade sucessora de estabelecimento Hospitalar responde pelos débitos previdenciários da sucedida (art. 133, CTN). Decisão que excluiu da Execução a responsável pelo débito, depois da integração espontânea. Agravo provido. (AG 147 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 01.11.89, pág. 29)

EMENTA

Processual civil. Execução fiscal . A intimação da Fazenda Pública deve ser feita pessoalmente (lei 6.830/80, art. 25). Ineficácia da comunicação por outro modo. Apelação tempestivamente interposta. Agravo provido. (AG 271 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 01.11.89, pág. 31)

EMENTA

Processual Civil. Embargos de declaração recebidos. Em ação declaratória de inexigibilidade do encargo financeiro criado pela Resolução nº 1154, é parte legítima o Banco Central do Brasil (EAC 694 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª T., DPJ 01.11.89, pág. 32)

EMENTA

Processual Civil. Mandado de Segurança .Inviabilidade da cobrança de prestações atrasadas, na via mandamental. Apelo e remessa oficial improvidos (AMS 758 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DJ 01.11.89, pág.,32)

EMENTA

Processual civil. Mandado de Segurança contra ato judicial. Descabimento, quando não se postula a suspensão da eficácia do ato, pela interposição de recurso, pretendendo-se, ao invés, a imediata substituição da instância. Agravo regimental improvido. (Agravo Regimental na AMS 845 - PE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, Pleno,. DPJ 01.11.89, pág. 32)

EMENTA

Processual Civil. Rito sumaríssimo. Audiência inaugural. Intimação pelo órgão oficial. Desnecessidade de intimação pessoal do autor. Apelo improvido (AC 1063 -AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 01.1.89, pág. 33)

EMENTA

Processual Civil. Ação com pedido de indenização decorrente de apossamento de imóvel pelo DNER. Irrelevância da denominação usada na inicial. Erro material na sentença. Retificação. Provimento parcial da apelação. (AC 1261 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 01.11.89, pág. 33)

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. Cautelar que objetiva proteção possessória. Caráter satisfativo. Descabimento por impropriedade da via escolhida. Apelo improvido. (AC 1365 - AL, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª. T., DPJ 01.1.89, pág.33)

EMENTA

AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS INFRINGENTES DO JULGADO. ART. 34 DA LEI 6.830/80.

- Uma vez processados e decididos os embargos infringentes do Julgado de que trata o art. 34 da lei 6.830/80, de 22.09.1980, torna-se a sentença definitiva e irrecorrível, não mais comportando discutir-se acerca da admissibilidade ou não da apelação, e muito menos do seu cabimento contra a decisão que julgou os embargos infringentes.

Agravo desprovido. (AG 005 - PE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª. T., DPJ 27.10.89, pág. 19)

EMENTA

AGRAVO REGIMENTAL DE DESPACHO QUE NEGOU SEGUIMENTO A RECURSO ORDINÁRIO. VALOR DA CAUSA. ART. 4º DA LEI 6.825/80. SÚMULA 261/TFR.

- Na espécie, a decisão que atribuiu novo valor à causa não deixou expresso que tal valor seria em relação a cada um dos litisconsortes ativos voluntários. Assim, para efeito da alçada recursal, há de aplicar-se a Súmula nº 261 do extinto TFR, dividindo-se o valor fixado pelo número de litisconsortes. Na espécie, a divisão resultou em valor inferior a 51 OTNs da data do ajuizamento da ação.

- Agravo desprovido. (Agravo Regimental no RO Nº 99 - PE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª. T., DPJ 27.10.89, pág. 19)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO CIVIL

EMENTA

Desapropriação. Atualização do cálculo não pode importar em incidência de juros em cascata. Agravo improvido. (Ag 88 - CE, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., un., DPJ 11.10.89, pág. 23)

EMENTA

ACÇÃO DE DESPEJO. CONTRATO POR PRAZO INDETERMINADO.RETOMADA. POSSIBILIDADE. EMPRESA PÚBLICA FEDERAL COMO LOCATÁRIA. IMÓVEL NÃO RESIDENCIAL. DESNECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO.

- Certa a sentença que julga procedente o pedido para desocupação de imóvel ocupado por empresa pública federal, de natureza não residencial, sem que exija motivação provada.

- Interpretação da Lei 6.649, de 1979, que não conflita com as demais posições jurisprudenciais.

- Sentença que se mantém pelos seus próprios fundamentos. (AC 1.335 - CE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., DPJ 12.10.,89, pág. 33)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO TRIBUTÁRIO

EMENTA

Tributário. Importação. Multa Cambial. Somente à Lei (material e formal) é dado inovar no direito. Ilegal Portaria, mesmo ministerial, que assim estabelece. Não há que se desconsiderar o reflexo no campo social do estabelecimento em tal Portaria (REO 589 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª T., DPJ 14.10.89, pág. 39)

EMENTA

PIS. Caixa Econômica Federal. Representação Judicial. A Caixa Econômica Federal figura, obrigatoriamente, no polo passivo da relação jurídica processual em ações que envolvem o PIS. Legitimidade decorrente de sua posição como gestora e administradora do Fundo de Participação do PIS, por determinação legal. Agravo provido. (Ag 260 - PE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª.T., DPJ 12.10.89, pág. 33)

EMENTA

Tributário. Finsocial e I.U.M. Incompatibilidade em relação ao minério in natura.(AC 107 - Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 12.10.89, pág. 27)

EMENTA

Tributário.. Funrural. Cana própria. Declaração de inconstitucionalidade do parágrafo 2º da Lei Complementar 4418/82 - STF. Aplicação da Súmula 175 do extinto TFR (AC 416 - AL, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 12.10.89, pág.27)

EMENTA

Tributário. Imposto de Renda. Correção monetária. Decreto-lei 2323/87. Declaração de inconstitucionalidade pelo STF do art. 18 do Decreto-lei 2323/87. Débitos referentes a atualização monetária do Imposto de Renda prevista no Decreto-lei 2323/87 cancelados pelo Decreto-lei 2471/88. Inexistência da obrigação tributária.(REO 466 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 12.10.89, pág. 27)

EMENTA

Tributário. Finsocial. Inconstitucionalidade da cobrança no ano de 1982.

-Ilegitimidade da sua cobrança no mesmo exercício financeiro em que foi instituído, em face da sua conceituação como imposto. Precedentes do TFR.

-Remessa oficial improvida.

-Sentença confirmada. (REO 936 - AL, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª.T., DPJ 12.10.89, pág. 22)

EMENTA

Tributário. Repetição de indébito. CTN Artigos 165.161 e 167 parágrafo único Finsocial. Correção monetária.

A correção monetária em repetição de indébito tributário é devida desde a data do pagamento e incide até a devolução da importância reclamada (Súmula 46 do TFR) Remessa oficial conhecida como se interposta para reduzir a verba honorária a 5%. Apelação provida. (AC 2003 - PE, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª.T., DPJ 12.10.89, pág. 22)

EMENTA

Tributário. Mandado de segurança. Imposto de renda. Funcionário público. Isenção.

Delegado do Ministério da Fazenda. Legitimidade passiva.

Sendo a fonte pagadora o Tesouro Nacional e o Delegado do Ministério da Fazenda parte legítima para figurar no pólo passivo do mandamus, pois tem competência para determinar que se faça ou não o desconto do imposto de renda dos servidores federais.

O servidor público que adquiriu cardiopatia grave, após a concessão de sua aposentadoria, tem direito a isenção do imposto de renda. Preliminar rejeitada. Apelo desprovido. Sentença mantida. (REO 590 - PE, Rel. Juiz Hugo Machado, 1ªT, DPJ 14.10.89, pág. 31)

EMENTA

Tributário. Taxa de Melhoramento Portuário e imposto de importação.

Inexistindo coincidência de fato gerador e base de cálculo entre os dois tributos, não há como se ter como adicional do Imposto de Importação aquela taxa. (AMS 464 - CE, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ªT, DPJ 14.10.89, pág. 39)

EMENTA

IAA. CONTRIBUIÇÃO EM SEU FAVOR. LEI 4.870/65. MULTA ADICIONAL CONSIDERADA INDEVIDA.

1 - A exação criada pela Lei 4.870/65, em favor do IAA, tem natureza social, por ser evidente a sua índole parafiscal. É, na verdade, uma contribuição especial que se destina a beneficiar trabalhadores industriais e agrícolas do setor canavieiro. A sua instituição caracteriza um desdobramento da intervenção da União, em setor específico de domínio econômico, visando diminuir desigualdades sociais com planos de efeitos sociais.

2- O problema de bitributação no ordenamento jurídico brasileiro não é resolvido, simplesmente, em termos de comparação entre bases de cálculo de diferentes entidades exigidas do particular pelo Poder Público, porém, se submete, com maior profundidade, aos limites da competência privativa.

3 - O bis in idem, juridicamente condenável, não se torna presente na contribuição social regulada pelo artigo 36, incisos e parágrafos da Lei 4.870/65

4- Condenável é, contudo, a exigência da multa sobre multa, calculada de modo progressivo, mês a mês por atraso em não recolhimento de obrigação pecuniária, especialmente quando, posteriormente a tal exigência, surgiu legislação impondo correção monetária do débito em questão. É o caso de se considerar indevida a multa prevista na parte final do art. 36, parágrafo segundo, da Lei 4.870/65, por os seus efeitos terem sido revogados pelo Decreto-lei 308/67 que, sobre a espécie, mandou aplicar correção monetária.

5- Não ilide a condição de liquidez constante na certidão de dívida fiscal, o fato da prova demonstrar que parte do débito não é devido, restando,

todavia, como devida, quantia líquida, a ser apurada por simples cálculo aritmético. É o caso em julgamento, quando só há necessidade de se retirar dos cálculos a multa de 20% que foi aplicada, remanescendo as demais parcelas. Assim ocorrendo, resolve-se a questão com a procedência parcial dos embargos do devedor, sem se decretar a nulidade da certidão. Aplicação do princípio da economia processual, sem existência de prejuízo para as partes.

6- Desprovisão da apelação da embargante e confirmação da sentença remetida. (AC 1.075 - AL, Rel. Juiz José Delgado, 2ª.T., DPJ 12.10.89, pág. 33)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO PROCESSUAL PENAL

EMENTA

Processo Penal. Tráfico de entorpecentes. Competência da Justiça Federal. Inaplicabilidade do disposto no art. 18, I, da Lei n. 6368/76. Se a infração prevista na Lei dos Tóxicos foi cometida no âmbito alfandegário deve ser processada e julgada pela Justiça Federal. Precedentes.

Reduz-se a pena face à primariedade dos acusados. Inaplicável ao caso o disposto no art. 18 da Lei n. 6.368/76.

Apelação do MPF desprovida.

Provisão parcial das apelações dos réus. (Acr 007 - PE, Rel. Juiz Castro Meira, 1ª.T., DPJ 11.10.89, pág. 29)

EMENTA

Penal. Descaminho. Autoria e materialidade comprovadas. Condenação. Pena mínima. Arguição de nulidade da sentença inacolhida.

1. A decretação de nulidade de atos processuais está subordinada a dois princípios:

a) o de ser arguida oportuno tempore, isto é, na primeira oportunidade em que o alegante após sua ocorrência, tiver de falar nos autos;

b) o de que deve ser demonstrado, necessariamente, o prejuízo.

2. Em se tratando de aquisição de mercadoria estrangeira, desacompanhada de nota fiscal, não se pode considerar ínfima quantidade a porção reveladora de várias peças de um mesmo objeto, a se infirmar intenção comercial.

3. A simples apreensão de mercadorias de procedência estrangeira, sem a documentação fiscal exigida, configura o delito do art. 334 do Código Penal, se não há outras provas que demonstrem o contrário.

4. Apelação improvida. (ACr 80 - SE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª.T., DPJ 12.10.89, pág. 30)

EMENTA

Venda antecipada de bens. Autorização.

Nada obsta que o Juiz proceda à venda antecipada de bens móveis ou semoventes sequestrados nos autos de ação penal, desde que os mesmos também se achem penhorados em execução movida pela Fazenda Pública contra o réu proprietário desses bens e sejam estas coisas fungíveis e deterioráveis, como ocorre na espécie. (AP 001 - PB, Juiz Rel. Juiz Orlando Rebouças, Pleno, DPJ 14.10.89, pág. 32)

EMENTA

Processual Penal. Acusação que ensejou investigação policial em sindicância que poderia se converter em processo sumário ou em inquérito. Possível caracterização, em tese, de denúncia caluniosa (art. 339, CP). Recurso improvido. (RHC 13 - PB, Rel. Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., un., DPJ 14.10.89, pág. 32)

EMENTA

Recurso de Habeas Corpus. Ausência de justa causa para a ação penal.

Inexiste justa causa para ação penal contra diretor de empresa que, tendo confessado e obtido o parcelamento de débito fiscal na esfera administrativa, incorreu em mora ou inadimplência, ao deixar de recolher parte das prestações nos prazos convencionais.

Inocorrência do crime de apropriação indébita e sim de mora obrigacional cuja questão deve ser resolvida através da ação cível própria. Ordem concedida para trancar a ação penal.

Recurso em sentido estrito desprovido. (RHC 15 - PE, Rel. Juiz Orlando Rebouças, 1ª.T., DPJ 14.10.89, pág. 36)

EMENTA

Penal. Estelionato. Crime doloso. Confirma-se sentença condenatória de quem à vista das provas encontradas nos autos, foi achado, mediante fraude, obtendo para si ou para outrem vantagem ilícita. Inaplicável o parágrafo 3º do art. 171 do CPB, tem-se, para efeito da prescrição retroativa a pena básica. (ACR 135/89 - RN 2ª T DPJ 14.10.89, pág. 38)

EMENTA

Penal. Estelionato. Cheque sem fundos. Pagamento após o recebimento da denúncia não descaracteriza Inteligência da Súmula 554 do STF, devendo, no entanto, se efetuado antes do julgamento, ser considerado atenuante. Art.65, "b" do CPB. (ACr 197/89 - RN, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, 2ª.T., DPJ 14.10.89, pág. 38)

EMENTA

CONCURSO DE PESSOAS. AGENTE PRINCIPAL ABSOLVIDO SOB FUNDAMENTO DE QUE AGIU EM ESTADO DE NECESSIDADE. EXCLUDENTE CRIMINAL. IMPOSSIBILIDADE DE SE CONDENAR OS. DEMAIS CO-AUTORES OU PARTICÍPES, EM FACE DE INEXISTIR JUSTA CAUSA PARA A AÇÃO PENAL.

Efeito da teoria adotada pelo legislador brasileiro, a monística, de que há, necessariamente um crime para todos. O reconhecimento da inexistência de ilícito praticado pelo agente principal contamina os demais. Não pode se transformar em delito a ação praticada por todos. ou com a participação de alguns, se há sentença trânsita em julgado, afirmando o contrário. Provimento da apelação. (ACr 96 - PE, Rel. Juiz José Delgado, 2ª. T., DPJ 12.10.89, pág. 31)

JURISPRUDÊNCIA DIREITO DO TRABALHO

EMENTA

Trabalhista. Servidor celetista não tem direito ao salário mínimo profissional, desde a vigência do Decreto-lei n. 1.820, de 1980 (Súmula 212 - TFR).

Recurso improvido. (RO 225 - PB, Rel. Juiz Petrucio Ferreira, Rel. para o acórdão Juiz Lázaro Guimarães, 2ª.T., DPJ 12.10.89, pág. 27)

EMENTA

Embargos de divergência. Trabalhista. Caracterização da relação de emprego. Súmula 214 - TFR. Reconhecidos os caracteres da relação empregatícia, deve o empregador arcar com os efeitos de sua rescisão. Procedência dos Embargos. (ED 270 - PB, Rel. Juiz Araken Mariz, Plenário., DPJ 31.10.89, pág. 27)

Boletim 4 - dezembro de 1989